SUMÁRIO

ÍNDICE DE PERGUNTAS	39	3.10. Ação penal	114
TÍTULO I		3.11. Princípio da especialidade	115
DOS CRIMES CONTRA A PESSOA	45	4. Infanticídio	115
CAPÍTULO I – DOS CRIMES CONTRA A		4.1. Considerações iniciais	115
VIDA	45	4.2. Sujeitos do crime	115
1. Introdução	45	4.3. Conduta	117
2. Homicídio	46	4.4. Voluntariedade	118
2.1. Considerações iniciais	47	4.5. Consumação e tentativa	119
2.2. Homicídio simples	48	4.6. Ação penal	120
2.2.1. Sujeitos do crime	48	5. Aborto	120
2.2.2. Conduta	49	5.1. Introdução	120
2.2.3. Voluntariedade	50	5.2. Aborto provocado pela gestante	
2.2.4. Consumação e tentativa	53	ou com seu consentimento	121
2.3. Privilegiadoras, qualificadoras e		5.2.1. Considerações iniciais	121
majorantes do homicídio doloso ...	54	5.2.2. Sujeitos do crime	122
2.3.1. Homicídio privilegiado (caso		5.2.3. Conduta	123
de diminuição de pena)	54	5.2.4. Voluntariedade	123
2.3.2. Homicídio qualificado	57	5.2.5. Consumação e tentativa	124
2.3.3. Homicídio doloso majorado	88	5.2.6. Ação penal	124
2.4. Homicídio culposo	92	5.3. Aborto provocado por terceiro,	
2.4.1. Homicídio culposo majorado...	93	sem o consentimento da gestante .	124
2.5. Perdão judicial	96	5.3.1. Considerações iniciais	124
2.6. Ação penal	97	5.3.2. Sujeitos do crime	125
2.7. Princípio da especialidade	97	5.3.3. Conduta	125
3. Induzimento, instigação ou auxílio a sui-		5.3.4. Voluntariedade	125
cídio ou a automutilação	98	5.3.5. Consumação e tentativa	125
3.1. Considerações iniciais	98	5.3.6. Ação penal	125
3.2. Sujeitos do crime	101	5.4. Aborto provocado por terceiro,	
3.3. Conduta	104	com o consentimento da gestante ..	126
3.4. Voluntariedade	108	5.4.1. Considerações iniciais	126
3.5. Consumação e tentativa	109	5.4.2. Sujeitos do crime	126
3.6. Majorantes de pena	110	5.4.3. Conduta	126
3.7. Duelo americano, roleta russa e		5.4.4. Voluntariedade	126
pacto de morte (ambicídio)	113	5.4.5. Consumação e tentativa	126
3.8. Testemunhas de Jeová	113	5.4.6. Dissenso presumido	127
3.9. O denominado “Desafio da Baleia		5.4.7. Ação penal	127
Azul”	113	5.5. Aborto majorado pelo resultado ...	127
		5.5.1. Considerações gerais	127

5.6. Aborto legal: exclusão do crime. Ação penal	128
5.6.1. Considerações gerais	129
5.6.2. Aborto necessário	129
5.6.3. Aborto sentimental	130
5.6.4. Aborto do feto anencefálico	134

CAPÍTULO II – DAS LESÕES CORPORAIS ... 137

1. Introdução	137
2. Lesão corporal.....	137
2.1. Considerações iniciais.....	139
2.2. Sujeitos do crime	140
2.3. Conduta	141
2.4. Voluntariedade	142
2.5. Consumação e tentativa	142
2.6. Lesão corporal dolosa de natureza leve	143
2.7. Qualificadoras, majorantes de pena e forma privilegiada.....	143
2.7.1. Lesão corporal de natureza grave	143
2.7.2. Lesão corporal de natureza gravíssima	146
2.7.3. Coexistência de qualificadoras	151
2.7.4. Lesão corporal seguida de morte.....	151
2.7.5. Lesão corporal dolosa privilegiada	151
2.7.6. Lesão corporal dolosa (ou preterdolosa) majorada.....	151
2.8. Substituição da pena	152
2.9. Lesão corporal culposa	152
2.9.1. Lesão corporal culposa majorada.....	153
2.10. Perdão judicial	153
2.11. Violência doméstica e familiar.....	154
2.11.1. Lesão corporal leve qualificada pela violência doméstica familiar.....	154
2.11.2. Lesão corporal grave, gravíssima ou seguida de morte majorada pela violência doméstica familiar.....	156
2.11.3. Lesão corporal leve no ambiente doméstico e familiar contra pessoa com deficiência	156

2.12. Lesão corporal contra autoridade ou agente de segurança pública	157
2.13. Lesão corporal contra a mulher por razões da condição do sexo feminino.....	157
2.14. Ação penal	159
2.15. Princípio da especialidade	163

CAPÍTULO III – PERICLITAÇÃO DA VIDA E DA SAÚDE 163

1. Introdução	163
2. Perigo de contágio venéreo	164
2.1. Considerações iniciais.....	165
2.2. Sujeitos do crime	165
2.3. Conduta	166
2.4. Voluntariedade	167
2.5. Consumação e tentativa	169
2.6. Ação penal	170
3. Perigo de contágio de moléstia grave.....	170
3.1. Considerações iniciais.....	170
3.2. Sujeitos do crime	171
3.3. Conduta	171
3.4. Voluntariedade	172
3.5. Consumação e tentativa	173
3.6. Ação penal	173
4. Perigo para a vida ou saúde de outrem... 173	
4.1. Considerações iniciais.....	173
4.2. Sujeitos do crime	174
4.3. Conduta	174
4.4. Voluntariedade	175
4.5. Consumação e tentativa	176
4.6. Majorante de pena	176
4.7. Ação penal	176
5. Abandono de incapaz	176
5.1. Considerações iniciais.....	177
5.2. Sujeitos do crime	177
5.3. Conduta	178
5.4. Voluntariedade	178
5.5. Consumação e tentativa	179
5.6. Qualificadoras e majorantes de pena	179
5.6.1. Qualificadoras.....	179
5.6.2. Majorantes de pena	179
5.7. Ação penal	180
5.8. Princípio da especialidade	180
6. Exposição ou abandono de recém-nascido	180

6.1.	Considerações iniciais.....	180	2.6.	Qualificadora	206
6.2.	Sujeitos do crime	181	2.7.	Ação penal	207
6.3.	Conduta	182	2.8.	Princípio da especialidade	207
6.4.	Voluntariedade	183			
6.5.	Consumação e tentativa	183	CAPÍTULO V – DOS CRIMES CONTRA A		
6.6.	Qualificadoras.....	183	HONRA.....		208
6.7.	Ação penal	184	1.	Introdução	208
7.	Omissão de socorro	184	2.	Calúnia	210
7.1.	Considerações iniciais.....	184	2.1.	Considerações iniciais.....	211
7.2.	Sujeitos do crime	185	2.2.	Sujeitos do crime	211
7.3.	Conduta	187	2.3.	Conduta	213
7.4.	Voluntariedade	188	2.4.	Voluntariedade	214
7.5.	Consumação e tentativa	188	2.5.	Consumação e tentativa	215
7.6.	Majorante de pena	189	2.6.	Exceção da verdade	216
7.7.	Ação penal	189	2.7.	Exceção de notoriedade	217
7.8.	Princípio da especialidade	190	2.8.	Ação penal	218
8.	Condicionamento de atendimento médi- co-hospitalar emergencial	191	2.9.	Princípio da especialidade	218
8.1.	Considerações iniciais.....	192	3.	Difamação	218
8.2.	Sujeitos do crime	192	3.1.	Considerações iniciais.....	218
8.3.	Conduta	193	3.2.	Sujeitos do crime	218
8.4.	Voluntariedade	194	3.3.	Conduta	219
8.5.	Consumação e tentativa	194	3.4.	Voluntariedade	220
8.6.	Majorantes	194	3.5.	Consumação e tentativa	220
8.7.	Ação penal	195	3.6.	Exceção da verdade	220
8.8.	Princípio da especialidade	195	3.7.	Exceção de notoriedade	221
9.	Maus-tratos	195	3.8.	Ação penal	221
9.1.	Considerações iniciais.....	195	3.9.	Princípio da especialidade	221
9.2.	Sujeitos do crime	196	4.	Injúria.....	222
9.3.	Conduta	197	4.1.	Considerações iniciais.....	222
9.4.	Voluntariedade	199	4.2.	Sujeitos do crime	222
9.5.	Consumação e tentativa	199	4.3.	Conduta	223
9.6.	Qualificadoras e majorantes de pena.....	200	4.4.	Voluntariedade	224
9.6.1.	Qualificadoras.....	200	4.5.	Consumação e tentativa	225
9.6.2.	Majorantes de pena	200	4.6.	Exceção da verdade e de notorie- dade.....	226
9.7.	Ação penal	201	4.7.	Provocação. Retorsão (§ 1º)	226
9.8.	Princípio da especialidade	201	4.8.	Qualificadoras.....	226
			4.8.1.	Injúria real (§ 2º).....	226
			4.8.2.	Injúria qualificada por pre- conceito (§ 3º).....	227
			4.8.1.	Racismo recreativo	231
			4.9.	Ação penal	232
			4.10.	Princípio da especialidade	232
			5.	Disposições comuns.....	232
			5.1.	Majorantes de pena	233
			5.2.	Exclusão do crime	235
			5.2.1.	Considerações gerais.....	236
CAPÍTULO IV – DA RIXA.....		201			
1.	Introdução	201			
2.	Rixa.....	202			
2.1.	Considerações iniciais.....	202			
2.2.	Sujeitos do crime	202			
2.3.	Conduta	203			
2.4.	Voluntariedade	204			
2.5.	Consumação e tentativa	204			

5.3. Retratação.....	240	5.7. Conflito aparente de normas.....	268
5.3.1. Considerações gerais.....	241	5.8. Ação penal.....	270
5.4. Pedido de explicações.....	242	6. Sequestro e cárcere privado.....	270
5.4.1. Considerações gerais.....	242	6.1. Considerações iniciais.....	270
5.5. Ação penal.....	243	6.2. Sujeitos do crime.....	271
5.5.1. Considerações Gerais.....	243	6.3. Conduta.....	271
CAPÍTULO VI – CRIMES CONTRA A		6.4. Voluntariedade.....	272
LIBERDADE INDIVIDUAL.....	245	6.5. Consumação e tentativa.....	273
		6.6. Qualificadoras.....	273
		6.7. Ação penal.....	275
		6.8. Princípio da especialidade.....	275
SEÇÃO I – CRIMES CONTRA A LIBERDADE		7. Redução a condição análoga à de escravo.....	276
PESSOAL.....	245	7.1. Considerações iniciais.....	276
1. Introdução.....	245	7.2. Sujeitos do crime.....	278
2. Constrangimento ilegal.....	245	7.3. Conduta.....	278
2.1. Considerações iniciais.....	246	7.4. Voluntariedade.....	280
2.2. Sujeitos do crime.....	246	7.5. Consumação e tentativa.....	280
2.3. Conduta.....	247	7.6. Majorante de pena.....	281
2.4. Voluntariedade.....	248	7.7. Ação penal.....	281
2.5. Consumação e tentativa.....	249	8. Tráfico de pessoas.....	281
2.6. Majorante de pena e cúmulo material.....	249	8.1. Considerações iniciais.....	282
2.7. Exclusão do crime.....	249	8.2. Sujeitos do crime.....	283
2.8. Ação penal.....	250	8.3. Conduta.....	283
2.9. Princípio da especialidade.....	250	8.4. Voluntariedade.....	287
3. Ameaça.....	251	8.5. Consumação e tentativa.....	291
3.1. Considerações iniciais.....	251	8.6. Majorantes da pena.....	292
3.2. Sujeitos do crime.....	252	8.7. Minorante da pena.....	294
3.3. Conduta.....	252	8.8. Ação penal.....	295
3.4. Voluntariedade.....	254	8.9. Prescrição.....	295
3.5. Consumação e tentativa.....	254		
3.6. Ação penal.....	254	SEÇÃO II – CRIMES CONTRA A	
3.7. Princípio da especialidade.....	255	INVIOABILIDADE DO DOMICÍLIO.....	295
4. Perseguição.....	255	1. Introdução.....	295
4.1. Considerações iniciais.....	255	2. Violação de domicílio.....	296
4.2. Sujeitos do crime.....	256	2.1. Considerações iniciais.....	296
4.3. Conduta.....	256	2.2. Sujeitos do crime.....	297
4.4. Voluntariedade.....	260	2.3. Conduta.....	298
4.5. Consumação e tentativa.....	260	2.4. Voluntariedade.....	298
4.6. Majorantes.....	261	2.5. Consumação e tentativa.....	298
4.7. Ação penal.....	261	2.6. Qualificadoras e majorantes de pena.....	299
5. Violência psicológica contra a mulher.....	262	2.6.1. Qualificadoras.....	299
5.1. Considerações iniciais.....	262	2.6.2. Majorantes de pena.....	300
5.2. Sujeitos do crime.....	264	2.7. Exclusão do crime.....	300
5.3. Conduta.....	264	2.8. Casa: conceito.....	301
5.4. Voluntariedade.....	267		
5.5. Consumação e tentativa.....	267		
5.6. Standard probatório.....	268		

2.9. Ação penal	304	2.3. Conduta	317
2.10. Princípio da especialidade	304	2.4. Voluntariedade	318
SEÇÃO III – DOS CRIMES CONTRA A INVIOABILIDADE DE CORRESPONDÊNCIA..... 304		2.5. Consumação e tentativa	318
1. Introdução	304	2.6. Divulgação de informações sigilo- sas da Administração Pública (§ 1º-A)	319
2. Violação de correspondência	305	2.7. Ação penal	319
2.1. Revogação do caput do art. 151 do CP	305	2.8. Princípio da especialidade	319
2.2. Considerações iniciais.....	305	3. Violação de segredo profissional	319
2.3. Sujeitos do delito	306	3.1. Considerações iniciais.....	320
2.4. Conduta	307	3.2. Sujeitos do delito.....	320
2.5. Voluntariedade	309	3.3. Conduta	321
2.6. Consumação e tentativa	309	3.4. Voluntariedade	322
3. Sonegação ou destruição de correspon- dência	309	3.5. Consumação e tentativa	322
3.1. Considerações gerais	309	3.6. Ação penal	323
4. Violação de comunicação telegráfica, ra- dioelétrica ou telefônica	310	3.7. Princípio da especialidade	323
4.1. Considerações gerais (§ 1º, II)	310	4. Invasão de dispositivo informático	323
4.2. Impedimento de comunicação telegráfica ou radioelétrica ou conversaão (§ 1º, III)	312	4.1. Considerações iniciais.....	323
4.3. Instalação ou utilização de esta- ção ou aparelho radioelétrico, sem observância de disposição legal (§ 1º, IV)	312	4.2. Sujeitos do delito	325
4.4. Qualificadora e majorante de pena.....	313	4.3. Conduta	326
4.4.1. Majorante de pena.....	313	4.4. Voluntariedade	328
4.4.2. Qualificadora	313	4.5. Consumação e tentativa	329
4.5. Ação penal	313	4.6. Qualificadora	329
4.6. Princípio da especialidade	313	4.7. Majorantes	330
5. Correspondência comercial	314	4.8. Ação penal	330
5.1. Considerações iniciais.....	314	4.9. Princípio da especialidade	330
5.2. Sujeitos do delito	315	5. Ação penal	330
5.3. Conduta	315	TÍTULO II DOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO 331	
5.4. Voluntariedade	315	CAPÍTULO I – DO FURTO..... 331	
5.5. Consumação e tentativa	316	1. Furto	331
5.6. Ação penal	316	1.1. Considerações iniciais.....	332
SEÇÃO IV – DOS CRIMES CONTRA A INVIOABILIDADE DOS SEGREDOS..... 316		1.2. Sujeitos do crime	332
1. Introdução	316	1.3. Conduta	333
2. Divulgação de segredo.....	316	1.4. Voluntariedade	335
2.1. Considerações iniciais.....	317	1.5. Consumação e tentativa	336
2.2. Sujeitos do delito.....	317	1.6. Qualificadoras, majorante de pena, forma privilegiada e cláusula de equiparação	339
		1.6.1. Majorante: repouso notur- no (§ 1º).....	339
		1.6.2. Furto privilegiado ou míni- mo (§ 2º).....	341
		1.6.3. Cláusula de equiparação (§ 3º).....	343
		1.6.4. Qualificadoras (§§ 4º, 4º-A, 4º-B, 5º, 6º e 7º).....	347

1.7. Ação penal	363	3.6.2. Delação premiada: causa especial de redução de pena.....	400
1.8. Princípio da especialidade	363	3.7. Ação penal	401
2. Furto de coisa comum	363	3.8. Princípio da especialidade	401
2.1. Considerações iniciais.....	364	4. Extorsão indireta.....	401
2.2. Sujeitos do crime	364	4.1. Considerações iniciais.....	401
2.3. Conduta	364	4.2. Sujeitos do crime	401
2.4. Voluntariedade	365	4.3. Conduta	401
2.5. Consumação e tentativa	365	4.4. Voluntariedade	402
2.6. Ação penal	366	4.5. Consumação e tentativa	403
		4.6. Ação penal	403
		4.7. Princípio da especialidade	403
CAPÍTULO II – DO ROUBO E DA EXTORSÃO	366	CAPÍTULO III – DA USURPAÇÃO	404
1. Roubo.....	366	1. Alteração de limites	404
1.1. Considerações iniciais.....	366	1.1. Considerações iniciais.....	404
1.2. Sujeitos do crime	367	1.2. Sujeitos do crime	404
1.3. Conduta	367	1.3. Conduta	405
1.4. Voluntariedade	371	1.4. Voluntariedade	406
1.5. Consumação e tentativa	371	1.5. Consumação e tentativa	406
1.6. Majorantes de pena e qualificadoras	373	2. Usurpação de águas.....	406
1.6.1. Majorantes de pena (§ 2º, § 2º-A e § 2º-B).....	373	2.1. Sujeitos do crime	406
1.6.2. Roubo qualificado pelo resultado (§ 3º).....	383	2.2. Conduta	406
1.7. Ação penal	387	2.3. Voluntariedade	407
1.8. Princípio da especialidade	387	2.4. Consumação e tentativa	407
2. Extorsão	387	3. Esbulho possessório	407
2.1. Considerações iniciais.....	388	3.1. Sujeitos do crime	407
2.2. Sujeitos do crime	389	3.2. Conduta	408
2.3. Conduta	389	3.3. Voluntariedade	410
2.4. Voluntariedade	390	3.4. Consumação e tentativa	411
2.5. Consumação e tentativa	391	4. Concurso material.....	411
2.6. Majorantes de pena e Qualificadoras	392	5. Ação penal	411
2.6.1. Majorantes de pena	392	6. Princípio da especialidade	411
2.6.2. Qualificadoras.....	392	7. Supressão ou alteração de marca em animais.....	412
2.7. Ação penal	396	7.1. Considerações iniciais.....	412
2.8. Princípio da especialidade	396	7.2. Sujeitos do crime	412
3. Extorsão mediante sequestro.....	396	7.3. Conduta	412
3.1. Considerações iniciais.....	396	7.4. Voluntariedade	413
3.2. Sujeitos do crime	397	7.5. Consumação e tentativa	413
3.3. Conduta	397	7.6. Ação penal	414
3.4. Voluntariedade	398	7.7. Princípio da especialidade	414
3.5. Consumação e tentativa	398		
3.6. Qualificadoras e minorante de pena.....	399	CAPÍTULO IV – DO DANO	414
3.6.1. Qualificadoras.....	399	1. Dano.....	414
		1.1. Considerações iniciais.....	414

1.2. Sujeitos do crime	415	1.2. Sujeitos do crime	426
1.3. Conduta	415	1.3. Conduta	427
1.4. Voluntariedade	416	1.4. Voluntariedade	429
1.5. Consumação e tentativa	418	1.5. Consumação e tentativa	429
1.6. Qualificadoras (parágrafo único) ...	418	1.6. Majorantes de pena	430
1.6.1. Se o crime é praticado com violência à pessoa ou grave ameaça (inciso I).....	418	1.6.1. Se o agente recebeu a coisa em depósito necessário	430
1.6.2. Se o crime é praticado com emprego de substância in- flamável ou explosiva, se o fato não constitui crime mais grave (inciso II)	418	1.6.2. Em razão da qualidade pessoal do agente.....	431
1.6.3. Se o crime é praticado con- tra o patrimônio da União, de Estado, do Distrito Fede- ral, de Município ou de au- tarquia, fundação pública, empresa pública, sociedade de economia mista ou em- presa concessionária de ser- viços públicos (inciso III)	419	1.6.3. Em razão de cargo, ofício, emprego ou profissão	431
1.6.4. Se o crime é praticado por motivo egoístico ou com prejuízo considerável para a vítima (inciso IV)	422	1.7. Ação penal	431
1.7. Ação penal	422	1.8. Princípio da especialidade	431
1.8. Princípio da especialidade	422	2. Apropriação indébita previdenciária	432
2. Introdução ou abandono de animais em propriedade alheia.....	422	2.1. Considerações iniciais.....	433
2.1. Considerações iniciais.....	422	2.2. Sujeitos do crime	434
2.2. Sujeitos do crime	423	2.3. Conduta	434
2.3. Conduta	423	2.4. Voluntariedade	436
2.4. Voluntariedade	424	2.5. Consumação e tentativa	437
2.5. Consumação e tentativa	424	2.6. Formas assemelhadas	438
2.6. Ação penal	424	2.7. Extinção da punibilidade	440
3. Dano em coisa de valor artístico, arque- ológico ou histórico.....	424	2.8. Perdão judicial e privilégio	442
3.1. Considerações gerais	424	2.9. Ação penal	444
4. Alteração de local especialmente prote- gido	425	3. Apropriação de coisa havida por erro, caso fortuito ou força da natureza.....	444
4.1. Considerações gerais	425	3.1. Considerações iniciais.....	444
5. Ação penal	425	3.2. Sujeitos do crime	445
5.1. Considerações gerais	425	3.3. Conduta	445
		3.4. Voluntariedade	446
		3.5. Consumação e tentativa	447
		4. Apropriação de tesouro.....	447
		4.1. Considerações iniciais.....	447
		4.2. Sujeitos do crime	447
		4.3. Conduta	447
		4.4. Voluntariedade	448
		4.5. Consumação e tentativa	448
		5. Apropriação de coisa achada.....	448
		5.1. Considerações iniciais.....	448
		5.2. Sujeitos do crime	449
		5.3. Conduta	449
		5.4. Voluntariedade	450
		5.5. Consumação e tentativa	450
		6. Ação penal	450
		7. Princípio da especialidade	450
		8. Apropriação indébita privilegiada	450
		8.1. Considerações gerais	450
CAPÍTULO V – DA APROPRIAÇÃO INDÉBITA.....	426		
1. Apropriação indébita	426		
1.1. Considerações iniciais.....	426		

CAPÍTULO VI – DO ESTELIONATO E

OUTRAS FRAUDES 451

1. Estelionato	451
1.1. Considerações iniciais.....	451
1.2. Sujeitos do crime	452
1.3. Conduta	454
1.4. Voluntariedade	458
1.5. Consumação e tentativa	458
2. Disposição de coisa alheia como própria	462
2.1. Considerações gerais	462
3. Alienação ou oneração fraudulenta de coisa própria	463
3.1. Considerações gerais	464
4. Defraudação de penhor	464
4.1. Considerações gerais	464
5. Fraude na entrega de coisa.....	465
5.1. Considerações gerais	465
6. Fraude para recebimento de indenização ou valor de seguro	466
6.1. Considerações gerais	466
7. Fraude no pagamento por meio de cheque	466
7.1. Considerações gerais	466
8. Forma privilegiada, qualificadora e majorantes de pena	469
8.1. Forma Privilegiada	469
8.2. Qualificadora	470
8.3. Majorantes de pena	472
8.3.1. Estelionato Previdenciário...	474
9. Ação penal	476
10. Princípio da especialidade	481
11. Duplicata simulada	482
11.1. Considerações iniciais.....	482
11.2. Sujeitos do crime	482
11.3. Conduta	482
11.4. Voluntariedade	484
11.5. Consumação e tentativa	484
11.6. Forma equiparada	485
11.7. Ação penal	485
12. Abuso de incapazes	485
12.1. Considerações iniciais.....	485
12.2. Sujeitos do crime	486
12.3. Conduta	487
12.4. Voluntariedade	488
12.5. Consumação e tentativa	489
12.6. Ação penal	489

12.7. Princípio da especialidade	489
13. Induzimento à especulação	489
13.1. Considerações iniciais.....	490
13.2. Sujeitos do crime	490
13.3. Conduta	491
13.4. Voluntariedade	492
13.5. Consumação e tentativa	492
13.6. Ação penal	492
14. Fraude no comércio.....	492
14.1. Considerações iniciais.....	493
14.2. Sujeitos do crime	494
14.3. Conduta	495
14.3.1. Vendendo, como verdadeira ou perfeita, mercadoria falsificada ou deteriorada ..	495
14.3.2. Entregando uma mercadoria por outra	495
14.4. Voluntariedade	496
14.5. Consumação e tentativa	496
14.6. Qualificadora e forma privilegiada .	496
14.6.1. Qualificadora.....	496
14.6.2. Forma privilegiada.....	497
14.7. Ação penal	497
15. Outras fraudes	497
15.1. Considerações iniciais.....	497
15.2. Sujeitos do crime	498
15.3. Conduta	498
15.3.1. Tomar refeição em restaurante	498
15.3.2. Alojarse em hotel.....	498
15.3.3. Utilizar-se de meio de transporte	499
15.4. Voluntariedade	500
15.5. Consumação e tentativa	500
15.6. Ação penal	501
16. Fraudes e abusos na fundação ou administração de sociedade por ações.....	501
16.1. Considerações iniciais.....	501
16.2. Sujeitos do crime	502
16.3. Conduta	502
16.4. Voluntariedade	503
16.5. Consumação e tentativa	503
16.6. Figuras equiparadas.....	504
16.7. Conduta fraudulenta de acionista .	509
16.8. Ação penal	509
17. Emissão irregular de conhecimento de depósito ou warrant	510

17.1. Considerações iniciais.....	510	2. Escusa relativa.....	533
17.2. Sujeitos do crime	510	2.1. Considerações gerais	533
17.3. Conduta	510	2.2.1. Do cônjuge desquitado ou judicialmente separado.....	534
17.4. Voluntariedade	511	2.2.2. De irmão, legítimo ou ilegít- timo	534
17.5. Consumação e tentativa	511	2.2.3. De tio ou sobrinho, com quem o agente coabita.....	534
17.6. Ação penal	511	3. Inaplicabilidade das escusas	534
18. Fraude à execução	511	3.1. Considerações gerais	534
18.1. Considerações iniciais.....	511		
18.2. Sujeitos do crime	512	TÍTULO III	
18.3. Conduta	512	DOS CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE	
18.4. Voluntariedade	514	IMATERIAL	539
18.5. Consumação e tentativa	514		
18.6. Ação penal	514	CAPÍTULO I – DOS CRIMES CONTRA A	
CAPÍTULO VII – DA RECEPÇÃO	514	PROPRIEDADE INTELECTUAL	539
1. Receptação	514	1. Violação de direito autoral	539
1.1. Considerações iniciais.....	515	1.1. Considerações iniciais.....	539
1.2. Sujeitos do crime	516	1.2. Sujeitos do crime	540
1.3. Conduta	516	1.3. Conduta	540
1.4. Voluntariedade	520	1.4. Voluntariedade	541
1.5. Consumação e tentativa	520	1.5. Consumação e tentativa	542
1.6. Qualificadora, majorante e mino- rante de pena	521	1.6. Qualificadoras.....	542
1.6.1. Qualificadora	521	1.7. Exclusão da tipicidade	545
1.6.2. Perdão judicial e minorante ...	525	1.8. Ação penal	546
1.6.3. Majorante.....	526	1.9. Princípio da especialidade	546
1.7. Receptação culposa	526	2. Usurpação de nome ou pseudônimo alheio	546
1.8. Independência típica	527	3. Ação penal	547
1.9. Ação penal	527	3.1. Considerações gerais	547
1.10. Princípio da especialidade.....	527		
2. Receptação de Animal	527	CAPÍTULO II – DOS CRIMES CONTRA O	
2.1. Considerações iniciais.....	527	PRIVILÉGIO DE INVENÇÃO	547
2.2. Sujeitos do crime	528	1. Violação de privilégio de invenção	547
2.3. Conduta	529	2. Falsa atribuição de privilégio	548
2.4. Voluntariedade	530	3. Usurpação ou indevida exploração de modelo ou desenho privilegiado	548
2.5. Consumação e tentativa	530	4. Falsa declaração de depósito em modelo ou desenho	548
2.6. Ação penal	531		
CAPÍTULO VIII – DISPOSIÇÕES GERAIS	531	CAPÍTULO III – DOS CRIMES CONTRA AS	
1. Escusa absolutória	531	MARCAS DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO.....	549
1.1. Considerações gerais	531	1. Violação do direito de marca.....	549
1.1.1. Do cônjuge, na constância da sociedade conjugal.....	531	2. Uso indevido de armas, brasões e distin- tivos públicos	549
1.1.2. De ascendente ou descen- dente, seja o parentesco le- gítimo ou ilegítimo, seja civil ou natural	533	3. Marca com falsa indicação de procedên- cia.....	549

CAPÍTULO IV – DOS CRIMES DE CONCORRÊNCIA DESLEAL	550	6.4. Voluntariedade	564
1. Concorrência desleal	550	6.5. Consumação e tentativa	564
TÍTULO IV		6.6. Ação penal	564
DOS CRIMES CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO	553	7. Invasão de estabelecimento industrial, comercial ou agrícola. Sabotagem.....	564
CAPÍTULO I – DOS CRIMES CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO	553	7.1. Considerações iniciais.....	564
1. Introdução	553	7.2. Sujeitos do crime	565
2. Atentado contra a liberdade de trabalho	554	7.3. Conduta	565
2.1. Considerações iniciais.....	554	7.4. Voluntariedade	565
2.2. Sujeitos do crime	554	7.5. Consumação e tentativa	565
2.3. Conduta	555	7.6. Ação penal	566
2.4. Voluntariedade	556	8. Frustração de direito assegurado por lei trabalhista	566
2.5. Consumação e tentativa	556	8.1. Considerações iniciais.....	566
2.6. Ação penal	556	8.2. Sujeitos do crime	566
3. Atentado contra a liberdade de contrato de trabalho e boicotagem violenta.....	556	8.3. Conduta	567
3.1. Considerações iniciais.....	556	8.4. Voluntariedade	567
3.2. Sujeitos do crime	557	8.5. Consumação e tentativa	568
3.3. Conduta	557	8.6. Majorante de pena	568
3.4. Voluntariedade	558	8.7. Ação penal	568
3.5. Consumação e tentativa	558	9. Frustração de lei sobre a nacionalização do trabalho	568
3.6. Ação penal	558	9.1. Considerações iniciais.....	568
4. Atentado contra a liberdade de associação	558	9.2. Sujeitos do crime	569
4.1. Considerações iniciais.....	558	9.3. Conduta	569
4.2. Sujeitos do crime	559	9.4. Voluntariedade	570
4.3. Conduta	559	9.5. Consumação e tentativa	570
4.4. Voluntariedade	559	9.6. Ação penal	570
4.5. Consumação e tentativa	559	10. Exercício de atividade com infração de decisão administrativa	570
4.6. Ação penal	560	10.1. Considerações iniciais.....	570
5. Paralisação de trabalho, seguida de violência ou perturbação da ordem	560	10.2. Sujeitos do crime	570
5.1. Considerações iniciais.....	560	10.3. Conduta	571
5.2. Sujeitos do crime	560	10.4. Voluntariedade	571
5.3. Conduta	561	10.5. Consumação e tentativa	572
5.4. Voluntariedade	562	10.6. Ação penal	572
5.5. Consumação e tentativa	562	11. Aliciamento para o fim de emigração.....	572
5.6. Ação penal	562	11.1. Considerações iniciais.....	572
6. Paralisação de trabalho de interesse coletivo	562	11.2. Sujeitos do crime	572
6.1. Considerações iniciais.....	563	11.3. Conduta	572
6.2. Sujeitos do crime	563	11.4. Voluntariedade	573
6.3. Conduta	563	11.5. Consumação e tentativa	573
		11.6. Ação penal	573
		12. Aliciamento de trabalhadores de um local para outro do território nacional	574
		12.1. Considerações iniciais.....	574
		12.2. Sujeitos do crime	574

12.3. Conduta	574	3.1. Considerações iniciais.....	588
12.4. Voluntariedade	575	3.2. Sujeitos do crime	588
12.5. Consumação e tentativa	575	3.3. Conduta	588
12.6. Majorante de pena	575	3.4. Voluntariedade	589
12.7. Ação penal	575	3.5. Consumação e tentativa	589
		3.6. Ação penal	589
TÍTULO V		4. Vilipêndio a cadáver	589
DOS CRIMES CONTRA O SENTIMENTO		4.1. Considerações iniciais.....	589
RELIGIOSO E CONTRA O RESPEITO AOS		4.2. Sujeitos do crime	590
MORTOS.....	577	4.3. Conduta	590
		4.4. Voluntariedade	591
		4.5. Consumação e tentativa	591
		4.6. Ação penal	591
CAPÍTULO I – DOS CRIMES CONTRA O			
SENTIMENTO RELIGIOSO	577	TÍTULO VI	
1. Introdução	577	DOS CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SE-	
2. Ultraje a culto e impedimento ou pertur-		XUAL.....	593
bação de ato a ele relativo.....	578	1. Considerações gerais	593
2.1. Considerações iniciais.....	578		
2.2. Sujeitos do crime	579	CAPÍTULO I – DOS CRIMES CONTRA A	
2.3. Conduta	579	LIBERDADE SEXUAL	594
2.4. Voluntariedade	581	1. Estupro.....	594
2.5. Consumação e tentativa	581	1.1. Considerações iniciais.....	594
2.6. Majorante de pena	582	1.2. Sujeitos do crime	596
2.7. Ação penal	582	1.3. Conduta	596
2.8. Princípio da especialidade	582	1.4. Voluntariedade	600
		1.5. Consumação e tentativa	601
CAPÍTULO II – DOS CRIMES CONTRA O		1.6. Qualificadoras.....	603
RESPEITO AOS MORTOS.....	582	1.7. Ação penal	604
1. Impedimento ou perturbação de ceri-		1.8. Princípio da especialidade	604
mônia funerária	582	2. Atentado violento ao pudor	604
1.1. Considerações iniciais.....	583	3. Violação sexual mediante fraude	604
1.2. Sujeitos do crime	583	3.1. Considerações iniciais.....	604
1.3. Conduta	583	3.2. Sujeitos do crime	605
1.4. Voluntariedade	584	3.3. Conduta	606
1.5. Consumação e tentativa	584	3.4. Voluntariedade	606
1.6. Majorante de pena	584	3.5. Consumação e tentativa	607
1.7. Ação penal	585	3.6. Ação penal	607
2. Violação de sepultura	585	4. Importunação sexual	607
2.1. Considerações iniciais.....	585	4.1. Considerações iniciais.....	607
2.2. Sujeitos do crime	585	4.2. Sujeitos do crime	607
2.3. Conduta	585	4.3. Conduta	608
2.4. Voluntariedade	586	4.4. Voluntariedade	611
2.5. Consumação e tentativa	586	4.5. Consumação e tentativa	611
2.6. Concurso de crimes	587	4.6. Ação penal	611
2.7. Ação penal	587	5. Atentado ao pudor mediante fraude.....	611
2.8. Princípio da especialidade	587	6. Assédio sexual.....	612
3. Destruição, subtração ou ocultação de			
cadáver.....	587		

6.1. Considerações iniciais.....	612	4.6. Ação penal.....	637
6.2. Sujeitos do crime.....	612	5. Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável.....	637
6.3. Conduta.....	613	5.1. Considerações iniciais.....	637
6.4. Voluntariedade.....	614	5.2. Sujeitos do crime.....	639
6.5. Consumação e tentativa.....	615	5.3. Conduta.....	639
6.6. Majorante de pena.....	615	5.4. Voluntariedade.....	644
6.7. Ação penal.....	616	5.5. Consumação e tentativa.....	644
CAPÍTULO I-A – DA EXPOSIÇÃO DA INTIMIDADE SEXUAL..... 616		5.6. Ação penal.....	645
1. registro não autorizado da intimidade sexual.....	616	6. Divulgação de cena de estupro ou de cena de estupro de vulnerável, de cena de sexo ou de pornografia.....	645
1.1. Considerações iniciais.....	616	6.1. Considerações iniciais.....	645
1.2. Sujeitos do crime.....	616	6.2. Sujeitos do crime.....	646
1.3. Conduta.....	617	6.3. Conduta.....	647
1.4. Voluntariedade.....	618	6.4. Voluntariedade.....	650
1.5. Consumação e tentativa.....	618	6.5. Consumação e tentativa.....	650
1.6. Ação penal.....	618	6.6. Majorante.....	650
1.7. Princípio da especialidade.....	618	6.7. Ação penal.....	651
CAPÍTULO II – DOS CRIMES SEXUAIS CONTRA VULNERÁVEL 619		CAPÍTULO III – DO RAPTO 651	
1. Sedução.....	619	1. Rapto violento ou mediante fraude.....	651
2. Estupro de vulnerável.....	619	CAPÍTULO IV – DISPOSIÇÕES GERAIS 652	
2.1. Considerações iniciais.....	619	1. Formas qualificadas.....	652
2.2. Sujeitos do crime.....	622	2. Presunção de violência.....	652
2.3. Conduta.....	623	3. Ação penal.....	653
2.4. Voluntariedade.....	631	3.1. Considerações gerais.....	653
2.5. Consumação e tentativa.....	631	4. Aumento de pena.....	657
2.6. Qualificadoras.....	631	4.1. Considerações gerais.....	658
2.7. Ação penal.....	631	CAPÍTULO V – DO LENOCÍNIO E DO TRÁFICO DE PESSOA PARA FIM DE PROSTITUIÇÃO OU OUTRA FORMA DE EXPLORAÇÃO SEXUAL 661	
3. Mediação de menor vulnerável para satisfazer a lascívia de outrem.....	632	1. Mediação para servir a lascívia de outrem.....	661
3.1. Considerações iniciais.....	632	1.1. Considerações iniciais.....	661
3.2. Sujeitos do crime.....	632	1.2. Sujeitos do crime.....	661
3.3. Conduta.....	633	1.3. Conduta.....	662
3.4. Voluntariedade.....	633	1.4. Voluntariedade.....	662
3.5. Consumação e tentativa.....	634	1.5. Consumação e tentativa.....	662
3.6. Ação penal.....	634	1.6. Qualificadoras.....	662
3.7. Princípio da especialidade.....	634	1.7. Pena de multa.....	663
4. Satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente.....	634	1.8. Ação penal.....	664
4.1. Considerações iniciais.....	634	1.9. Princípio da especialidade.....	664
4.2. Sujeitos do crime.....	635		
4.3. Conduta.....	635		
4.4. Voluntariedade.....	636		
4.5. Consumação e tentativa.....	637		

4.2. Sujeitos do crime	701	2.2. Sujeitos do crime	712
4.3. Conduta	701	2.3. Conduta	712
4.4. Voluntariedade	702	2.4. Voluntariedade	715
4.5. Consumação e tentativa	702	2.5. Consumação e tentativa	715
4.6. Ação penal	702	2.6. Ação penal	716
5. Simulação de casamento	702	2.7. Princípio da especialidade	716
5.1. Considerações iniciais.....	702	3. Entrega de filho menor a pessoa inidô- nea	716
5.2. Sujeitos do crime	702	3.1. Considerações iniciais.....	716
5.3. Conduta	703	3.2. Sujeitos do crime	717
5.4. Voluntariedade	703	3.3. Conduta	717
5.5. Consumação e tentativa	703	3.4. Voluntariedade	717
5.6. Ação penal	703	3.5. Consumação e tentativa	718
6. Adultério	704	3.6. Qualificadoras.....	719
CAPÍTULO II – DOS CRIMES CONTRA O ESTADO DE FILIAÇÃO.....	704	3.7. Ação penal	719
1. Registro de nascimento inexistente.....	704	4. Abandono intelectual	719
1.1. Considerações iniciais.....	704	4.1. Considerações iniciais.....	720
1.2. Sujeitos do crime	704	4.2. Sujeitos do crime	721
1.3. Conduta	705	4.3. Conduta	721
1.4. Voluntariedade	705	4.4. Voluntariedade	724
1.5. Consumação e tentativa	705	4.5. Consumação e tentativa	724
1.6. Ação penal	705	4.6. Ação penal	724
2. Parto suposto. Supressão ou alteração de direito inerente ao estado civil de re- cém-nascido.....	706	5. Abandono moral	724
2.1. Considerações iniciais.....	706	5.1. Considerações iniciais.....	725
2.2. Sujeitos do crime	706	5.2. Sujeitos do crime	725
2.3. Conduta	706	5.3. Conduta	725
2.4. Voluntariedade	707	5.4. Voluntariedade	727
2.5. Consumação e tentativa	708	5.5. Consumação e tentativa	728
2.6. Figura privilegiada, perdão judicial e prescrição	708	5.6. Ação penal	728
2.7. Ação penal	708	CAPÍTULO IV – DOS CRIMES CONTRA O PÁTRIO PODER, TUTELA E CURATELA	728
3. Sonegação de estado de filiação.....	708	1. Introdução	729
3.1. Considerações iniciais.....	708	2. Induzimento a fuga, entrega arbitrária ou sonegação de incapazes	729
3.2. Sujeitos do crime	709	2.1. Considerações iniciais.....	729
3.3. Conduta	709	2.2. Sujeitos do crime	730
3.4. Voluntariedade	710	2.3. Conduta	730
3.5. Consumação e tentativa	710	2.4. Voluntariedade	731
3.6. Ação penal	710	2.5. Consumação e tentativa	731
CAPÍTULO III – DOS CRIMES CONTRA A ASSISTÊNCIA FAMILIAR.....	711	2.6. Ação penal	732
1. Introdução	711	3. Subtração de incapazes	732
2. Abandono material.....	711	3.1. Considerações iniciais.....	732
2.1. Considerações iniciais.....	711	3.2. Sujeitos do crime	733
		3.3. Conduta	733
		3.4. Voluntariedade	734

3.5. Consumo e tentativa	734	4. Fabrico, fornecimento, aquisição, posse ou transporte de explosivos ou gás tóxico, ou asfixiante	748
3.6. Ação penal e perdão judicial	734	4.1. Considerações iniciais	748
3.7. Princípio da especialidade	734	4.2. Sujeitos do crime	749
TÍTULO VIII		4.3. Conduta	749
DOS CRIMES CONTRA A INCOLUMIDADE PÚBLICA	735	4.4. Voluntariedade	749
		4.5. Consumo e tentativa	750
		4.6. Majorantes de pena	750
		4.7. Ação penal	750
		4.8. Princípio da especialidade	750
CAPÍTULO I – DOS CRIMES DE PERIGO COMUM	735	5. Inundação	750
1. Incêndio	735	5.1. Considerações iniciais	751
1.1. Considerações iniciais	735	5.2. Sujeitos do crime	751
1.2. Sujeitos do crime	736	5.3. Conduta	751
1.3. Conduta	736	5.4. Voluntariedade	752
1.4. Voluntariedade	737	5.5. Consumo e tentativa	752
1.5. Consumo e tentativa	738	5.6. Majorantes de pena e forma culposa	752
1.6. Majorantes de pena e formas culposa e majorada pelo resultado..	738	5.7. Ação Penal	752
1.6.1. Majorantes de pena	738	5.8. Princípio da especialidade	752
1.6.2. Forma culposa	740	6. Perigo de inundação	752
1.6.3. Forma majorada pelo resultado	740	6.1. Considerações iniciais	753
1.7. Ação penal	740	6.2. Sujeitos do crime	753
1.8. Princípio da especialidade	741	6.3. Conduta	753
2. Explosão	741	6.4. Voluntariedade	753
2.1. Considerações iniciais	741	6.5. Consumo e tentativa	754
2.2. Sujeitos do crime	742	6.6. Majorantes de pena	754
2.3. Conduta	742	6.7. Ação penal	754
2.4. Voluntariedade	743	6.8. Princípio da especialidade	755
2.5. Consumo e tentativa	743	7. Desabamento ou desmoronamento	755
2.6. Majorantes de pena e formas privilegiada e culposa	743	7.1. Considerações iniciais	755
2.6.1. Forma privilegiada	743	7.2. Sujeitos do crime	755
2.6.2. Majorantes de pena	744	7.3. Conduta	755
2.6.3. Forma culposa	744	7.4. Voluntariedade	756
2.7. Ação penal	744	7.5. Consumo e tentativa	756
2.8. Princípio da especialidade	744	7.6. Majorantes de pena e forma culposa	756
3. Uso de gás tóxico ou asfixiante	745	7.7. Ação penal	757
3.1. Considerações iniciais	745	7.8. Princípio da especialidade	757
3.2. Sujeitos do crime	745	8. Subtração, ocultação ou inutilização de material de salvamento	757
3.3. Conduta	745	8.1. Considerações iniciais	757
3.4. Voluntariedade	747	8.2. Sujeitos do crime	757
3.5. Consumo e tentativa	747	8.3. Conduta	757
3.6. Majorantes de pena e forma culposa	747	8.4. Voluntariedade	758
3.7. Ação penal	747	8.5. Consumo e tentativa	758
3.8. Princípio da especialidade	747		

8.6. Majorantes de pena	758	3.8. Princípio da especialidade	770
8.7. Ação Penal	758	4. Forma qualificada	770
8.8. Princípio da especialidade	758	4.1. Considerações Gerais	771
9. Formas qualificadas de crime de perigo comum	759	5. Arremesso de projétil	771
9.1. Considerações gerais	759	5.1. Considerações iniciais.....	771
10. Difusão de doença ou praga	759	5.2. Sujeitos do crime	771
10.1. Considerações gerais	759	5.3. Conduta	772
CAPÍTULO II – DOS CRIMES CONTRA A SEGURANÇA DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO E TRANSPORTE E OUTROS SERVIÇOS PÚBLICOS	760	5.4. Voluntariedade	772
1. Perigo de desastre ferroviário	760	5.5. Consumação e tentativa	772
1.1. Considerações iniciais.....	760	5.6. Qualificadoras.....	773
1.2. Sujeitos do crime	761	5.7. Ação penal	773
1.3. Conduta	761	5.8. Princípio da especialidade	773
1.4. Voluntariedade	762	6. Atentado contra a segurança de serviço de utilidade pública	773
1.5. Consumação e tentativa	762	6.1. Considerações iniciais.....	773
1.6. Qualificadora, Majorantes de pena e forma culposa	763	6.2. Sujeitos do crime	774
1.6.1. Qualificadora	763	6.3. Conduta	774
1.6.2. Forma culposa	763	6.4. Voluntariedade	775
1.6.3. Majorantes de pena	763	6.5. Consumação e tentativa	775
1.7. Ação penal	764	6.6. Majorante de pena	775
1.8. Princípio da especialidade	764	6.7. Ação penal	775
2. Atentado contra a segurança de trans- porte marítimo, fluvial ou aéreo.....	764	6.8. Princípio da especialidade	775
2.1. Considerações iniciais.....	765	7. Interrupção ou perturbação de serviço telegráfico, telefônico, informático, te- lemático ou de informação de utilidade pública	776
2.2. Sujeitos do crime	765	7.1. Considerações iniciais.....	776
2.3. Conduta	765	7.2. Sujeitos do crime	776
2.4. Voluntariedade	766	7.3. Conduta	777
2.5. Consumação e tentativa	767	7.4. Voluntariedade	777
2.6. Qualificadora, majorantes de pena e forma culposa	767	7.5. Consumação e tentativa	777
2.7. Ação penal	767	7.6. Majorante de pena	778
2.8. Princípio da especialidade	768	7.7. Ação penal	778
3. Atentado contra a segurança de outro meio de transporte	768	7.8. Princípio da especialidade	778
3.1. Considerações iniciais.....	768	CAPÍTULO III – DOS CRIMES CONTRA A SAÚDE PÚBLICA.....	778
3.2. Sujeitos do crime	769	1. Introdução	778
3.3. Conduta	769	2. Epidemia	779
3.4. Voluntariedade	769	2.1. Considerações iniciais.....	779
3.5. Consumação e tentativa	770	2.2. Sujeitos do crime	780
3.6. Qualificadora, majorantes de pena e forma culposa	770	2.3. Conduta	780
3.7. Ação penal	770	2.4. Voluntariedade	781
		2.5. Consumação e tentativa	781
		2.6. Majorante de pena e forma cul- posa	781
		2.6.1. Majorante de pena.....	781

2.6.2. Forma culposa	781	7.6.3. Majorantes de pena	796
2.7. Ação penal	782	7.7. Ação penal	796
2.8. Princípio da especialidade	782	8. Falsificação, corrupção, adulteração ou	
3. Infração de medida sanitária preventiva .	782	alteração de produto destinado a fins te-	
3.1. Considerações iniciais.....	782	rapêuticos ou medicinais	796
3.2. Sujeitos do crime	782	8.1. Considerações iniciais.....	797
3.3. Conduta	783	8.2. Sujeitos do crime	797
3.4. Voluntariedade	785	8.3. Conduta	797
3.5. Consumação e tentativa	786	8.4. Voluntariedade	798
3.6. Majorantes de pena	786	8.5. Consumação e tentativa	798
3.7. Ação penal	786	8.6. Majorantes de pena e forma	
4. Omissão de notificação de doença.....	786	equiparada e culposa	799
4.1. Considerações iniciais.....	786	8.6.1. Forma equiparada	799
4.2. Sujeitos do crime	787	8.6.2. Forma culposa	801
4.3. Conduta	787	8.6.3. Majorantes de pena	802
4.4. Voluntariedade	788	8.7. Ação penal	802
4.5. Consumação e tentativa	788	9. Emprego de processo proibido ou de	
4.6. Majorantes de pena	789	substância não permitida	802
4.7. Ação penal	789	9.1. Considerações iniciais.....	802
4.8. Princípio da especialidade	789	9.2. Sujeitos do crime	802
5. Envenenamento de água potável ou de		9.3. Conduta	802
substância alimentícia ou medicinal.....	789	9.4. Voluntariedade	803
5.1. Considerações iniciais.....	789	9.5. Consumação e tentativa	803
5.2. Sujeitos do crime	790	9.6. Majorantes de pena	803
5.3. Conduta	790	9.7. Ação penal	803
5.4. Voluntariedade	791	10. Invólucro ou recipiente com falsa indica-	
5.5. Consumação e tentativa	791	ção	804
5.6. Majorantes de pena e formas		10.1. Considerações iniciais.....	804
culposa e equiparada	791	10.2. Sujeitos do crime	804
5.6.1. Forma equiparada	791	10.3. Conduta	804
5.6.2. Forma culposa	792	10.4. Voluntariedade	805
5.6.3. Majorantes de pena	792	10.5. Consumação e tentativa	805
5.7. Ação penal	792	10.6. Majorantes de pena	805
6. Corrupção ou poluição de água potável ...	792	10.7. Ação penal	805
6.1. Considerações gerais	792	11. Produto ou substância nas condições dos	
7. Falsificação, corrupção, adulteração ou		dois artigos anteriores	805
alteração de substância ou produtos ali-		11.1. Considerações iniciais.....	805
mentícios	793	11.2. Sujeitos do crime	806
7.1. Considerações iniciais.....	793	11.3. Conduta	806
7.2. Sujeitos do crime	793	11.4. Voluntariedade	806
7.3. Conduta	793	11.5. Consumação e tentativa	806
7.4. Voluntariedade	794	11.6. Majorantes de pena	806
7.5. Consumação e tentativa	794	11.7. Ação penal	807
7.6. Majorantes de pena e formas		12. Substância destinada à falsificação.....	807
equiparada e culposa	795	12.1. Considerações iniciais.....	807
7.6.1. Forma equiparada	795	12.2. Sujeitos do crime	807
7.6.2. Forma culposa	795	12.3. Conduta	807

12.4. Voluntariedade	808	19.3. Conduta	822
12.5. Consumação e tentativa	808	19.4. Voluntariedade	823
12.6. Majorantes de pena	808	19.5. Consumação e tentativa	823
12.7. Ação penal	809	19.6. Majorantes de pena	823
13. Outras substâncias nocivas à saúde pública.....	809	19.7. Ação penal	824
13.1. Considerações iniciais.....	809	20. Forma qualificada	824
13.2. Sujeitos do crime	809	20.1. Considerações gerais	824
13.3. Conduta	809		
13.4. Voluntariedade	810	TÍTULO IX	
13.5. Consumação e tentativa	810	DOS CRIMES CONTRA A PAZ PÚBLICA.....	825
13.6. Majorantes de pena e forma culposa.....	810	1. Incitação ao crime.....	825
13.7. Ação penal	810	1.1. Considerações iniciais.....	825
13.8. Princípio da especialidade	811	1.2. Sujeitos do crime	825
14. Substância avariada	811	1.3. Conduta	825
15. Medicamento em desacordo com receita médica	811	1.4. Voluntariedade	826
15.1. Considerações iniciais.....	811	1.5. Consumação e tentativa	826
15.2. Sujeitos do crime	811	1.6. Figura equiparada.....	826
15.3. Conduta	812	1.6.1. Figura equiparada e eficácia da lei penal no tempo	829
15.4. Voluntariedade	813	1.6.2. Possível inconstitucionalidade do parágrafo único	830
15.5. Consumação e tentativa	813	1.7. Ação penal	833
15.6. Majorantes e forma culposa.....	813	1.8. Princípio da especialidade	833
15.7. Ação penal	814	2. Apologia de crime ou criminoso	833
16. Comércio clandestino ou facilitação do uso de entorpecentes.....	814	2.1. Considerações iniciais.....	834
17. Exercício ilegal da medicina, arte dentária ou farmacêutica.....	814	2.2. Sujeitos do crime	834
17.1. Considerações iniciais.....	814	2.3. Conduta	834
17.2. Sujeitos do crime	814	2.4. Voluntariedade	835
17.3. Conduta	815	2.5. Consumação e tentativa	835
17.4. Voluntariedade	818	2.6. Ação penal	836
17.5. Consumação e tentativa	818	3. Associação criminosa.....	836
17.6. Majorantes de pena	819	3.1. Considerações iniciais.....	836
17.7. Ação penal	819	3.2. Sujeitos do crime	837
18. Charlatanismo.....	819	3.3. Conduta	837
18.1. Considerações iniciais.....	819	3.3.1. Associação	837
18.2. Sujeitos do crime	819	3.3.2. Pluralidade de pessoas	838
18.3. Conduta	819	3.3.3. Para o fim de praticar uma série indeterminada de crimes.....	838
18.4. Voluntariedade	820	3.4. Voluntariedade	839
18.5. Consumação e tentativa	820	3.5. Consumação e tentativa	839
18.6. Majorantes de pena	821	3.6. Qualificadora, majorante e minorante de pena	841
18.7. Ação penal	821	3.6.1. Majorante de pena.....	841
19. Curandeirismo	821	3.6.2. Qualificadora	841
19.1. Considerações iniciais.....	821	3.6.3. Minorante de pena.....	842
19.2. Sujeitos do crime	822	3.7. Ação penal	842

3.8. Princípio da especialidade	842	4.7. Ação penal	861
4. Constituição de milícia privada	843	4.8. Princípio da Especialidade	861
4.1. Considerações iniciais	843		
4.2. Sujeitos do crime	844	CAPÍTULO II – DA FALSIDADE DE TÍTULOS	
4.3. Conduta	844	E OUTROS PAPÉIS PÚBLICOS..... 862	
4.4. Voluntariedade	845	1. Falsificação de papéis públicos	862
4.5. Consumação e tentativa	846	1.1. Considerações iniciais	862
4.6. Ação penal	848	1.2. Sujeitos do crime	863
4.7. Princípio da especialidade	848	1.3. Conduta	863
		1.4. Voluntariedade	864
TÍTULO X		1.5. Consumação e tentativa	864
DOS CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA	849	1.6. Forma equiparada	865
		1.7. Figuras delituosas complementares .	866
CAPÍTULO I – DA MOEDA FALSA	849	1.8. Ação penal	867
1. Moeda falsa	849	1.9. Princípio da especialidade	867
1.1. Considerações iniciais	849	2. Petrechos de falsificação	867
1.2. Sujeitos do crime	850	2.1. Considerações iniciais	867
1.3. Conduta	850	2.2. Sujeitos do crime	868
1.4. Voluntariedade	851	2.3. Conduta	868
1.5. Consumação e tentativa	851	2.4. Voluntariedade	868
1.6. Forma equiparada	852	2.5. Consumação e tentativa	868
1.7. Privilégio	852	2.6. Ação penal	868
1.8. Falsificação funcional.....	853	2.7. Princípio da especialidade	869
1.9. Desvio e circulação antecipada	854	3. Forma majorada	869
1.10. Ação penal	854	3.1. Considerações gerais	869
2. Crimes assimilados ao de moeda falsa	854		
2.1. Considerações iniciais	854	CAPÍTULO III – DA FALSIDADE	
2.2. Sujeitos do crime	854	DOCUMENTAL..... 869	
2.3. Conduta	855	1. Falsificação do selo ou sinal público	869
2.4. Voluntariedade	856	1.1. Considerações iniciais	869
2.5. Consumação e tentativa	856	1.2. Sujeitos do crime	870
2.6. Ação penal	856	1.3. Conduta	870
3. Petrechos para falsificação de moeda	856	1.4. Voluntariedade	871
3.1. Considerações iniciais	856	1.5. Consumação e tentativa	871
3.2. Sujeitos do crime	857	1.6. Forma equiparada	871
3.3. Conduta	857	1.7. Majorante de pena	872
3.4. Voluntariedade	858	1.8. Ação penal	872
3.5. Consumação e tentativa	858	2. Falsificação de documento público	872
3.6. Ação penal	859	2.1. Considerações iniciais	873
4. Emissão de título ao portador sem per-		2.2. Sujeitos do crime	873
missão legal	859	2.3. Conduta	873
4.1. Considerações iniciais	859	2.4. Voluntariedade	878
4.2. Sujeitos do crime	860	2.5. Consumação e tentativa	878
4.3. Conduta	860	2.6. Majorante de pena e formas	
4.4. Voluntariedade	861	equiparadas	881
4.5. Consumação e tentativa	861	2.6.1. Majorante de pena	881
4.6. Forma privilegiada	861	2.6.2. Formas equiparadas	881

2.7. Extinção da punibilidade	882	7.5. Consumação e tentativa	902
2.8. Ação penal	882	7.6. Ação penal	902
2.9. Princípio da especialidade	882	8. Reprodução ou adulteração de selo ou peça filatélica	902
3. Falsificação de documento particular	882	8.1. Considerações iniciais	902
3.1. Considerações iniciais	882	8.2. Sujeitos do crime	903
3.2. Sujeitos do crime	883	8.3. Conduta	903
3.3. Conduta	883	8.4. Voluntariedade	903
3.4. Voluntariedade	884	8.5. Consumação e tentativa	903
3.5. Consumação e tentativa	884	8.6. Uso do selo ou da peça filatélica ...	904
3.6. Extinção da punibilidade	885	8.7. Ação penal	904
3.7. Ação penal	885	9. Uso de documento falso	904
3.8. Princípio da especialidade	885	9.1. Considerações iniciais	904
4. Falsidade ideológica	886	9.2. Sujeitos do crime	905
4.1. Considerações iniciais	886	9.3. Conduta	905
4.2. Sujeitos do crime	886	9.4. Voluntariedade	906
4.3. Conduta	886	9.5. Consumação e tentativa	906
4.4. Voluntariedade	889	9.6. Extinção da punibilidade	908
4.5. Consumação e tentativa	890	9.7. Ação penal	908
4.6. Majorantes de pena	891	9.8. Princípio da especialidade	908
4.7. Extinção da punibilidade	892	10. Supressão de documento	909
4.8. Ação penal	892	10.1. Considerações iniciais	909
4.9. Princípio da especialidade	892	10.2. Sujeitos do crime	909
5. Falso reconhecimento de firma ou letra ...	893	10.3. Conduta	909
5.1. Considerações iniciais	893	10.4. Voluntariedade	910
5.2. Sujeitos do crime	893	10.5. Consumação e tentativa	910
5.3. Conduta	894	10.6. Ação penal	910
5.4. Voluntariedade	895	10.7. Princípio da especialidade	911
5.5. Consumação e tentativa	895		
5.6. Ação penal	895	CAPÍTULO IV – DE OUTRAS FALSIDADES... 911	
5.7. Princípio da especialidade	895	1. Falsificação do sinal empregado no con- traste de metal precioso ou na fiscaliza- ção alfandegária, ou para outros fins	911
6. Certidão ou atestado ideologicamente falso	895	1.1. Considerações iniciais	911
6.1. Considerações iniciais	896	1.2. Sujeitos do crime	912
6.2. Sujeitos do crime	896	1.3. Conduta	912
6.3. Conduta	896	1.4. Voluntariedade	912
6.4. Voluntariedade	897	1.5. Consumação e tentativa	913
6.5. Consumação e tentativa	897	1.6. Figura privilegiada	913
6.6. Falsidade material de atestado ou certidão	897	1.7. Ação penal	913
6.7. Ação penal	899	2. Falsa identidade	913
6.8. Princípio da especialidade	899	2.1. Considerações iniciais	913
7. Falsidade de atestado médico	900	2.2. Sujeitos do crime	913
7.1. Considerações iniciais	900	2.3. Conduta	913
7.2. Sujeitos do crime	900	2.4. Voluntariedade	915
7.3. Conduta	901	2.5. Consumação e tentativa	915
7.4. Voluntariedade	901	2.6. Ação penal	915

2.7. Princípio da especialidade	915		
3. Uso ou cessão para uso de documento de identificação civil de terceiro	916		
3.1. Considerações iniciais	916		
3.2. Sujeitos do crime	916		
3.3. Conduta	916		
3.4. Voluntariedade	917		
3.5. Consumação e tentativa	917		
3.6. Ação penal	917		
3.7. Princípio da especialidade	917		
4. Fraude de lei sobre estrangeiro	917		
4.1. Considerações iniciais	918		
4.2. Sujeitos do crime	918		
4.3. Conduta	918		
4.4. Voluntariedade	919		
4.5. Consumação e tentativa	919		
4.6. Atribuição de falsa qualidade a estrangeiro	919		
4.7. Ação penal	920		
5. Fraude à proibição da propriedade ou da posse de certos bens por estrangeiros	920		
5.1. Considerações iniciais	920		
5.2. Sujeitos do crime	920		
5.3. Conduta	921		
5.4. Voluntariedade	921		
5.5. Consumação e tentativa	921		
5.6. Ação penal	922		
6. Adulteração de sinal identificador de veículo automotor	922		
6.1. Considerações iniciais	922		
6.2. Sujeitos do crime	922		
6.3. Conduta	923		
6.4. Voluntariedade	925		
6.5. Consumação e tentativa	926		
6.6. Forma equiparada	926		
6.7. Ação penal	926		
CAPÍTULO V – DAS FRAUDES EM CERTAMES DE INTERESSE PÚBLICO		926	
1. Fraudes em certames de interesse público	926		
1.1. Considerações iniciais	927		
1.2. Sujeitos do crime	927		
1.3. Conduta	927		
1.4. Voluntariedade	930		
1.5. Consumação e tentativa	930		
1.6. Ação penal	930		
			TÍTULO XI
			DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
			931
			CAPÍTULO I – DOS CRIMES PRATICADOS POR FUNCIONÁRIO PÚBLICO CONTRA A ADMINISTRAÇÃO EM GERAL
			931
		1. Introdução	931
		2. Crimes funcionais. Espécies	935
		3. Conceito de funcionário público para efeitos penais	935
		4. “Informante do bem” ou whistleblower	941
		5. Tipos penais. Peculato	944
		6. Peculato apropriação e desvio (peculato próprio)	944
		6.1. Considerações iniciais	944
		6.2. Sujeitos do crime	945
		6.3. Conduta	946
		6.4. Peculato apropriação	946
		6.5. Peculato desvio	947
		6.6. Voluntariedade	952
		6.7. Consumação e tentativa	953
		7. Peculato furto (peculato impróprio)	955
		7.1. Considerações gerais	955
		8. Peculato culposo	955
		8.1. Considerações gerais	956
		9. Reparação do dano e ação penal	956
		9.1. Considerações iniciais	956
		9.2. Ação penal	957
		9.3. Princípio da especialidade	957
		10. Peculato mediante erro de outrem	958
		10.1. Considerações iniciais	958
		10.2. Sujeitos do crime	958
		10.3. Conduta	958
		10.4. Voluntariedade	958
		10.5. Consumação e tentativa	959
		10.6. Ação penal	959
		10.7. Princípio da especialidade	959
		11. Inserção de dados falsos em sistema de informações	959
		11.1. Peculato eletrônico. Inovações advindas com a Lei 9.983/2000	959
		11.2. Considerações iniciais	960
		11.3. Sujeitos do crime	960
		11.4. Conduta	962
		11.5. Voluntariedade	962
		11.6. Consumação e tentativa	962

11.7. Ação penal	962	17.3. Conduta	978
11.8. Princípio da especialidade	962	17.4. Voluntariedade	984
12. Modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações	963	17.5. Consumação e tentativa	984
12.1. Considerações iniciais	963	17.6. Majorante e forma privilegiada	984
12.2. Sujeitos do crime	963	17.6.1. Majorante	984
12.3. Conduta	963	17.6.2. Forma privilegiada	985
12.4. Voluntariedade	964	17.7. Ação penal	985
12.5. Consumação e tentativa	964	17.8. Princípio da especialidade	985
12.6. Ação penal	964	18. Facilitação de contrabando ou descaminho	985
13. Extravio, sonegação ou inutilização de livro ou documento	964	18.1. Considerações iniciais	985
13.1. Considerações iniciais	964	18.2. Sujeitos do crime	986
13.2. Sujeitos do crime	965	18.3. Conduta	986
13.3. Conduta	965	18.4. Voluntariedade	986
13.4. Voluntariedade	966	18.5. Consumação e tentativa	987
13.5. Consumação e tentativa	966	18.6. Ação penal	987
13.6. Ação penal	966	19. Prevaricação	987
13.7. Princípio da especialidade	966	19.1. Considerações iniciais	987
14. Emprego irregular de verbas ou rendas públicas	966	19.2. Sujeitos do crime	987
14.1. Considerações iniciais	966	19.3. Conduta	988
14.2. Sujeitos do crime	967	19.4. Voluntariedade	989
14.3. Conduta	967	19.5. Consumação e tentativa	990
14.4. Voluntariedade	967	19.6. Ação penal	990
14.5. Consumação e tentativa	967	19.7. Princípio da especialidade	990
14.6. Ação penal	968	20. Prevaricação imprópria	991
14.7. Princípio da especialidade	968	20.1. Considerações iniciais	992
15. Concussão	968	20.2. Sujeitos do crime	992
15.1. Considerações iniciais	968	20.3. Conduta	993
15.2. Sujeitos do crime	968	20.4. Voluntariedade	994
15.3. Conduta	969	20.5. Consumação e tentativa	994
15.4. Voluntariedade	972	20.6. Ação penal	994
15.5. Consumação e tentativa	973	21. Condescendência criminosa	994
15.6. Ação penal	974	21.1. Considerações iniciais	994
16. Excesso de exação	974	21.2. Sujeitos do crime	995
16.1. Considerações iniciais	974	21.3. Conduta	995
16.2. Sujeitos do crime	974	21.4. Voluntariedade	996
16.3. Conduta	974	21.5. Consumação e tentativa	996
16.4. Voluntariedade	975	21.6. Ação penal	996
16.5. Consumação e tentativa	977	21.7. Princípio da especialidade	996
16.6. Ação penal	977	22. Advocacia administrativa	996
16.7. Princípio da especialidade	977	22.1. Considerações iniciais	997
17. Corrupção passiva	977	22.2. Sujeitos do crime	997
17.1. Considerações iniciais	977	22.3. Conduta	997
17.2. Sujeitos do crime	978	22.4. Voluntariedade	999
		22.5. Consumação e tentativa	1000
		22.6. Ação penal	1000

22.7. Princípio da especialidade	1000	2.1. Considerações iniciais	1016
23. Violência arbitrária	1000	2.2. Sujeitos do crime	1016
23.1. Considerações Iniciais	1000	2.3. Conduta	1016
23.2. Sujeitos do crime	1002	2.4. Voluntariedade	1018
23.3. Conduta	1003	2.5. Consumação e tentativa	1018
23.4. Voluntariedade	1003	2.6. Qualificadora	1019
23.5. Consumação e tentativa	1003	2.7. Ação penal	1019
23.6. Ação penal	1004	2.8. Princípio da especialidade	1019
23.7. Princípio da especialidade	1004	3. Resistência	1019
24. Abandono de função	1004	3.1. Considerações iniciais	1019
24.1. Considerações iniciais	1004	3.2. Sujeitos do crime	1019
24.2. Sujeitos do crime	1004	3.3. Conduta	1020
24.3. Conduta	1005	3.3.1. Oposição mediante agres-	
24.4. Voluntariedade	1006	são	1020
24.5. Consumação e tentativa	1006	3.3.2. À execução de ato legal	1021
24.6. Ação penal	1006	3.3.3. Contra funcionário compe-	
24.7. Princípio da especialidade	1006	tente ou particular que lhe	
25. Exercício funcional ilegalmente antecipa-		presta auxílio	1021
do ou prolongado	1007	3.4. Voluntariedade	1021
25.1. Considerações iniciais	1007	3.5. Consumação e tentativa	1022
25.2. Sujeitos do crime	1007	3.6. Qualificadora	1024
25.3. Conduta	1007	3.7. Ação penal	1024
25.4. Voluntariedade	1008	3.8. Princípio da especialidade	1024
25.5. Consumação e tentativa	1008	4. Desobediência	1024
25.6. Ação penal	1008	4.1. Considerações iniciais	1024
25.7. Princípio da especialidade	1008	4.2. Sujeitos do crime	1025
26. Violação de sigilo funcional	1008	4.3. Conduta	1025
26.1. Considerações iniciais	1009	4.4. Voluntariedade	1029
26.2. Sujeitos do crime	1009	4.5. Consumação e tentativa	1029
26.3. Conduta	1009	4.6. Ação penal	1029
26.4. Voluntariedade	1011	4.7. Princípio da especialidade	1029
26.5. Consumação e tentativa	1011	5. Desacato	1031
26.6. Figuras equiparadas	1011	5.1. Considerações iniciais	1031
26.7. Qualificadora	1012	5.2. Sujeitos do crime	1031
26.8. Ação penal	1012	5.3. Conduta	1032
26.9. Princípio da especialidade	1012	5.4. Voluntariedade	1036
27. Violação do sigilo de proposta de concor-		5.5. Consumação e tentativa	1036
rência	1012	5.6. Ação penal	1036
27.1. Considerações gerais	1012	5.7. Princípio da especialidade	1037
28. Funcionário público	1013	6. Tráfico de influência	1037
28.1. Considerações gerais	1013	6.1. Considerações iniciais	1037
		6.2. Sujeitos do delito	1037
		6.3. Conduta	1038
		6.4. Voluntariedade	1038
		6.5. Consumação e tentativa	1038
		6.6. Majorante de pena	1038
		6.7. Ação penal	1039
CAPÍTULO II – DOS CRIMES PRATICADOS			
POR PARTICULAR CONTRA A			
ADMINISTRAÇÃO EM GERAL	1014		
1. Introdução	1014		
2. Usurpação de função pública	1015		

6.8. Princípio da especialidade	1039	11.2. Sujeitos do delito	1070
7. Corrupção ativa.....	1039	11.3. Conduta	1070
7.1. Considerações iniciais.....	1039	11.4. Voluntariedade	1071
7.1.1. Responsabilidade extrape- nal da pessoa jurídica por atos de corrupção.....	1040	11.5. Consumação e tentativa	1071
7.2. Sujeitos do delito	1045	11.6. Ação penal	1072
7.3. Conduta	1045	11.7. Princípio da especialidade.....	1072
7.4. Voluntariedade	1048	12. Subtração ou inutilização de livro ou do- cumento.....	1072
7.5. Consumação e tentativa	1048	12.1. Considerações iniciais.....	1072
7.6. Majorantes de pena	1048	12.2. Sujeitos do delito	1072
7.7. Ação penal	1049	12.3. Conduta	1073
7.8. Princípio da especialidade	1049	12.4. Voluntariedade	1073
8. Descaminho	1049	12.5. Consumação e tentativa	1074
8.1. Considerações iniciais.....	1050	12.6. Ação penal	1074
8.2. Sujeitos do delito	1050	12.7. Princípio da especialidade	1074
8.3. Conduta	1051	13. Sonegação de contribuição previdenciá- ria	1075
8.4. Voluntariedade	1053	13.1. Considerações iniciais.....	1075
8.5. Consumação e tentativa	1053	13.2. Sujeitos do delito	1076
8.6. Descaminho por assimilação	1057	13.3. Conduta	1076
8.7. Cláusula de equiparação.....	1059	13.4. Voluntariedade	1079
8.8. Majorante de pena	1059	13.5. Consumação e tentativa	1079
8.9. Extinção da punibilidade	1060	13.6. Extinção da punibilidade	1080
8.10. Ação penal	1061	13.7. Perdão judicial ou aplicação de pena de multa.....	1083
9. Contrabando	1061	13.8. Crime privilegiado.....	1084
9.1. Considerações iniciais.....	1062	13.9. Ação penal	1084
9.2. Sujeitos do delito	1062		
9.3. Conduta	1063		
9.4. Voluntariedade	1064		
9.5. Consumação e tentativa	1065		
9.6. Contrabando por assimilação	1065		
9.7. Cláusula de equiparação.....	1066		
9.8. Majorante de pena	1066		
9.9. Ação penal	1066		
10. Impedimento, perturbação ou fraude de concorrência	1066		
10.1. Considerações iniciais.....	1067		
10.2. Sujeitos do delito	1067		
10.3. Conduta	1067		
10.4. Voluntariedade	1068		
10.5. Consumação e tentativa	1068		
10.6. Abstenção subornada.....	1069		
10.7. Ação penal	1069		
10.8. Princípio da especialidade	1069		
11. Inutilização de edital ou de sinal	1069		
11.1. Considerações iniciais.....	1069		

**CAPÍTULO II-A – DOS CRIMES
PRATICADOS POR PARTICULAR
CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
ESTRANGEIRA..... 1084**

1. Introdução	1084
2. Conceito de funcionário público estran- geiro para fins penais.....	1085
3. Responsabilidade extrapenal da pessoa jurídica por atos de corrupção contra a administração pública estrangeira.....	1085
4. Corrupção ativa em transação comercial internacional.....	1088
4.1. Considerações iniciais.....	1089
4.2. Sujeitos do crime	1090
4.3. Conduta	1090
4.4. Voluntariedade	1090
4.5. Consumação e tentativa	1091
4.6. Majorante de pena	1091
4.7. Ação penal	1091

5. Tráfico de influência em transação comercial internacional	1091	6.1. Considerações iniciais.....	1115
5.1. Considerações iniciais.....	1092	6.2. Sujeitos do crime	1115
5.2. Sujeitos do delito	1092	6.3. Conduta	1115
5.3. Conduta	1092	6.4. Voluntariedade	1118
5.4. Voluntariedade	1093	6.5. Consumação e tentativa	1118
5.5. Consumação e tentativa	1093	6.6. Ação penal	1118
5.6. Majorante de pena	1093	7. Violação de sigilo em licitação	1119
5.7. Ação penal	1093	7.1. Considerações iniciais.....	1119
6. Funcionário público estrangeiro	1094	7.2. Sujeitos do crime	1119
6.1. Considerações gerais	1094	7.3. Conduta	1119
CAPÍTULO II-B – DOS CRIMES EM LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.....	1094	7.4. Voluntariedade	1120
1. Introdução	1094	7.5. Consumação e tentativa	1120
2. Contratação direta ilegal.....	1096	7.6. Ação penal	1121
2.1. Considerações iniciais.....	1096	8. Afastamento de licitante.....	1121
2.2. Sujeitos do crime	1096	8.1. Considerações iniciais.....	1121
2.3. Conduta	1097	8.2. Sujeitos do crime	1122
2.4. Voluntariedade	1100	8.3. Conduta	1122
2.5. Consumação e tentativa	1102	8.4. Voluntariedade	1123
2.6. Ação penal	1103	8.5. Consumação e tentativa	1124
3. Frustração do caráter competitivo de licitação	1103	8.6. Ação penal	1124
3.1. Considerações iniciais.....	1104	9. Fraude em licitação ou contrato	1124
3.2. Sujeitos do crime	1104	9.1. Considerações iniciais.....	1124
3.3. Conduta	1104	9.2. Sujeitos do crime	1125
3.4. Voluntariedade	1105	9.3. Conduta	1126
3.5. Consumação e tentativa	1106	9.4. Voluntariedade	1128
3.6. Ação penal	1106	9.5. Consumação e tentativa	1129
4. Patrocínio de contratação indevida	1106	9.6. Ação penal	1129
4.1. Considerações iniciais.....	1107	10. Contratação inidônea	1129
4.2. Sujeitos do crime	1107	10.1. Considerações iniciais.....	1129
4.3. Conduta	1107	10.2. Sujeitos do crime	1130
4.4. Voluntariedade	1109	10.3. Conduta	1130
4.5. Consumação e tentativa	1109	10.4. Voluntariedade	1132
4.6. Ação penal	1109	10.5. Consumação e tentativa	1133
5. Modificação ou pagamento irregular em contrato administrativo	1109	10.6. Ação penal	1133
5.1. Considerações iniciais.....	1109	11. Impedimento indevido	1133
5.2. Sujeitos do crime	1110	11.1. Considerações iniciais.....	1134
5.3. Conduta	1110	11.2. Sujeitos do crime	1134
5.4. Voluntariedade	1114	11.3. Conduta	1135
5.5. Consumação e tentativa	1114	11.4. Voluntariedade	1136
5.6. Ação penal	1115	11.5. Consumação e tentativa	1136
6. Perturbação de processo licitatório.....	1115	11.6. Ação penal	1136
		12. Omissão grave de dado ou de informação por projetista.....	1137
		12.1. Considerações iniciais.....	1137
		12.2. Sujeitos do crime	1137
		12.3. Conduta	1137

12.4. Voluntariedade	1140	6.2. Sujeitos do delito	1162
12.5. Consumação e tentativa	1140	6.3. Conduta	1164
12.6. Ação penal	1140	6.4. Voluntariedade	1166
13. Pena de multa	1141	6.5. Consumação e tentativa	1166
CAPÍTULO III – DOS CRIMES CONTRA A		6.6. Majorantes de pena	1169
ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA		6.7. Extinção da punibilidade	1170
1141		6.8. Ação penal	1172
1. Introdução	1141	6.9. Princípio da especialidade	1172
2. Reingresso de estrangeiro expulso	1142	7. Corrupção ativa de testemunha, perito,	
2.1. Considerações iniciais	1142	contador, tradutor ou intérprete	1173
2.2. Sujeitos do delito	1142	7.1. Considerações iniciais	1173
2.3. Conduta	1143	7.2. Sujeitos do delito	1173
2.4. Voluntariedade	1143	7.3. Conduta	1174
2.5. Consumação e tentativa	1144	7.4. Voluntariedade	1175
2.6. Ação penal	1144	7.5. Consumação e tentativa	1175
3. Denúnciação caluniosa	1144	7.6. Majorante de pena	1175
3.1. Considerações iniciais	1145	7.7. Ação penal	1175
3.2. Sujeitos do delito	1145	7.8. Princípio da especialidade	1175
3.3. Conduta	1146	8. Coação no curso do processo	1176
3.4. Voluntariedade	1150	8.1. Considerações iniciais	1176
3.5. Consumação e tentativa	1152	8.2. Sujeitos do delito	1176
3.6. Majorante e minorante de pena ...	1153	8.3. Conduta	1176
3.6.1. Majorante de pena	1153	8.4. Voluntariedade	1178
3.6.2. Minorante de pena: Denúnciação caluniosa de contra-venção penal	1153	8.5. Consumação e tentativa	1178
3.7. Ação penal	1154	8.6. Majorante de pena	1179
3.8. Princípio da especialidade	1154	8.7. Ação penal	1181
4. Comunicação falsa de crime ou de contra-venção	1154	8.8. Princípio da especialidade	1181
4.1. Considerações iniciais	1154	9. Exercício arbitrário das próprias razões... ..	1181
4.2. Sujeitos do delito	1155	9.1. Considerações iniciais	1181
4.3. Conduta	1155	9.2. Sujeitos do delito	1182
4.4. Voluntariedade	1156	9.3. Conduta	1182
4.5. Consumação e tentativa	1157	9.4. Voluntariedade	1183
4.6. Ação penal	1157	9.5. Consumação e tentativa	1183
4.7. Princípio da especialidade	1157	9.6. Ação penal	1184
5. Autoacusação falsa	1158	10. Subtração, supressão ou danificação de coisa própria no legítimo poder de terceiro	1185
5.1. Considerações iniciais	1158	10.1. Considerações iniciais	1185
5.2. Sujeitos do delito	1158	10.2. Sujeitos do delito	1186
5.3. Conduta	1158	10.3. Conduta	1186
5.4. Voluntariedade	1159	10.4. Voluntariedade	1187
5.5. Consumação e tentativa	1160	10.5. Consumação e tentativa	1187
5.6. Ação penal	1160	10.6. Ação penal	1187
5.7. Princípio da especialidade	1160	11. Fraude processual	1187
6. Falso testemunho ou falsa perícia	1161	11.1. Considerações iniciais	1188
6.1. Considerações iniciais	1161	11.2. Sujeitos do delito	1188
		11.3. Conduta	1188

11.4. Voluntariedade	1189	17.5. Consumação e tentativa	1208
11.5. Consumação e tentativa	1190	17.6. Ação penal	1208
11.6. Majorante	1190	17.7. Princípio da especialidade	1209
11.7. Ação penal	1191	18. Arrebatamento de preso	1209
11.8. Princípio da especialidade	1191	18.1. Considerações iniciais	1209
12. Favorecimento pessoal	1191	18.2. Sujeitos do delito	1209
12.1. Considerações iniciais	1192	18.3. Conduta	1209
12.2. Sujeitos do delito	1192	18.4. Voluntariedade	1210
12.3. Conduta	1192	18.5. Consumação e tentativa	1210
12.4. Voluntariedade	1194	18.6. Ação penal	1211
12.5. Consumação e tentativa	1194	18.7. Princípio da especialidade	1211
12.6. Escusa absolutória	1195	19. Motim de presos	1211
12.7. Ação penal	1195	19.1. Considerações iniciais	1211
12.8. Princípio da especialidade	1195	19.2. Sujeitos do delito	1211
13. Favorecimento real	1196	19.3. Conduta	1212
13.1. Considerações iniciais	1196	19.4. Voluntariedade	1213
13.2. Sujeitos do delito	1196	19.5. Consumação e tentativa	1213
13.3. Conduta	1196	19.6. Ação penal	1213
13.4. Voluntariedade	1198	19.7. Princípio da especialidade	1213
13.5. Consumação e tentativa	1198	20. Patrocínio infiel	1213
13.6. Ação penal	1199	20.1. Considerações iniciais	1213
13.7. Princípio da especialidade	1199	20.2. Sujeitos do delito	1214
14. Introdução de aparelho de comunicação, sem autorização legal, em estabeleci- mento prisional	1199	20.3. Conduta	1214
14.1. Considerações iniciais	1199	20.4. Voluntariedade	1215
14.2. Sujeitos do crime	1200	20.5. Consumação e tentativa	1216
14.3. Conduta	1200	21. Patrocínio simultâneo ou tergiversação ...	1216
14.4. Voluntariedade	1201	21.1. Considerações gerais	1216
14.5. Consumação e tentativa	1201	22. Ação penal (Patrocínio infiel e Patrocínio simultâneo ou tergiversação)	1217
14.6. Ação penal	1201	23. Sonegação de papel ou objeto de valor probatório	1217
15. Exercício arbitrário ou abuso de poder ...	1202	23.1. Considerações iniciais	1217
16. Fuga de pessoa presa ou submetida a medida de segurança	1202	23.2. Sujeitos do delito	1217
16.1. Considerações iniciais	1202	23.3. Conduta	1218
16.2. Sujeitos do delito	1203	23.4. Voluntariedade	1218
16.3. Conduta	1203	23.5. Consumação e tentativa	1219
16.4. Voluntariedade	1204	23.6. Ação penal	1219
16.5. Consumação e tentativa	1205	23.7. Princípio da especialidade	1219
16.6. Qualificadoras	1205	24. Exploração de prestígio	1219
16.7. Ação penal	1206	24.1. Considerações iniciais	1220
16.8. Princípio da especialidade	1206	24.2. Sujeitos do delito	1220
17. Evasão mediante violência contra pessoa ..	1206	24.3. Conduta	1220
17.1. Considerações iniciais	1206	24.4. Voluntariedade	1221
17.2. Sujeitos do delito	1206	24.5. Consumação e tentativa	1221
17.3. Conduta	1207	24.6. Majorante de pena	1222
17.4. Voluntariedade	1208	24.7. Ação penal	1222

24.8. Princípio da especialidade	1222	5.1. Considerações iniciais.....	1235
25. Violência ou fraude em arrematação judicial.....	1222	5.2. Sujeitos do delito	1235
25.1. Considerações iniciais.....	1222	5.3. Conduta	1236
25.2. Sujeitos do delito	1223	5.4. Voluntariedade	1237
25.3. Conduta	1223	5.5. Consumação e tentativa	1237
25.4. Voluntariedade	1223	5.6. Ação penal	1237
25.5. Consumação e tentativa	1223	6. Prestação de garantia graciosa	1237
25.6. Ação penal	1224	6.1. Considerações iniciais.....	1238
26. Desobediência a decisão judicial sobre perda ou suspensão de direito	1224	6.2. Sujeitos do delito	1238
26.1. Considerações iniciais.....	1224	6.3. Conduta	1238
26.2. Sujeitos do delito	1224	6.4. Voluntariedade	1239
26.3. Conduta	1225	6.5. Consumação e tentativa	1239
26.4. Voluntariedade	1225	6.6. Ação penal	1239
26.5. Consumação e tentativa	1226	7. Não cancelamento de restos a pagar	1239
26.6. Ação penal	1226	7.1. Considerações iniciais.....	1240
26.7. Princípio da especialidade	1226	7.2. Sujeitos do delito	1240
		7.3. Conduta	1240
		7.4. Voluntariedade	1241
		7.5. Consumação e tentativa	1241
		7.6. Ação penal	1241

CAPÍTULO IV – DOS CRIMES CONTRA AS FINANÇAS PÚBLICAS 1226

1. Introdução	1226	8. Aumento de despesa total com pessoal no último ano do mandato ou legislatura	1241
2. Contratação de operação de crédito	1227	8.1. Considerações iniciais.....	1241
2.1. Considerações iniciais.....	1227	8.2. Sujeitos do delito	1242
2.2. Sujeitos do delito	1227	8.3. Conduta	1242
2.3. Conduta	1228	8.4. Voluntariedade	1243
2.4. Voluntariedade	1228	8.5. Consumação e tentativa	1243
2.5. Consumação e tentativa	1229	8.6. Ação penal	1243
2.6. Crimes assemelhados	1229	9. Oferta pública ou colocação de títulos no mercado.....	1243
2.7. Ação penal	1230	9.1. Considerações iniciais.....	1244
3. Inscrição de despesas não empenhadas em restos a pagar	1230	9.2. Sujeitos do delito	1244
3.1. Considerações iniciais.....	1230	9.3. Conduta	1244
3.2. Sujeitos do delito	1230	9.4. Voluntariedade	1245
3.3. Conduta	1231	9.5. Consumação e tentativa	1245
3.4. Voluntariedade	1231	9.6. Ação penal	1245
3.5. Consumação e tentativa	1232		
3.6. Ação penal	1232		
4. Assunção de obrigação no último ano do mandato ou legislatura	1232		
4.1. Considerações iniciais.....	1233		
4.2. Sujeitos do delito	1233		
4.3. Conduta	1234		
4.4. Voluntariedade	1234		
4.5. Consumação e tentativa	1235		
4.6. Ação penal	1235		
5. Ordenação de despesa não autorizada ...	1235		

**TÍTULO XII
DOS CRIMES CONTRA O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO 1247**

1. A natureza jurídica dos crimes contra o estado democrático de direito (ou por que na democracia não há presos políticos)	1247
1.1. O ocaso das leis de segurança nacional	1247
1.2. Na democracia, os crimes do Título XII do Código Penal não são políticos	1249

1.2.1. Breves apontamentos sobre a noção de crime político	1250	1.6. Ação penal	1294
1.2.2. Crimes políticos e sua dependência do contexto não democrático.....	1253	1.7. Direito intertemporal.....	1294
1.2.3. Conclusão: só há presos políticos em ditaduras	1262	2. Golpe de estado	1298
CAPÍTULO I – DOS CRIMES CONTRA A SOBERANIA NACIONAL	1263	2.1. Considerações iniciais.....	1298
1. Atentado à soberania.....	1263	2.2. Sujeitos do crime	1299
1.1. Considerações iniciais.....	1264	2.3. Conduta	1299
1.2. Sujeitos do crime	1264	2.4. Voluntariedade	1300
1.3. Conduta	1265	2.5. Consumação e tentativa	1300
1.4. Voluntariedade	1269	2.6. Ação penal	1300
1.5. Consumação e tentativa	1270	2.7. Direito intertemporal.....	1300
1.6. Majorante	1270	CAPÍTULO III – DOS CRIMES CONTRA O FUNCIONAMENTO DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS NO PROCESSO ELEITORAL.....	1301
1.7. Ação penal	1271	1. Interrupção do processo eleitoral	1301
1.8. Direito intertemporal.....	1271	1.1. Considerações iniciais.....	1301
2. Atentado à integridade nacional	1273	1.2. Sujeitos do crime	1302
2.1. Considerações iniciais.....	1273	1.3. Conduta	1302
2.2. Sujeitos do crime	1273	1.4. Voluntariedade	1303
2.3. Conduta	1273	1.5. Consumação e tentativa	1303
2.4. Voluntariedade	1275	1.6. Ação penal	1303
2.5. Consumação e tentativa	1275	2. Comunicação enganosa em massa	1304
2.6. Ação penal	1275	2.1. Considerações iniciais.....	1304
2.7. Direito intertemporal.....	1275	2.2. Sujeitos do crime	1305
3. Espionagem	1276	2.3. Conduta	1305
3.1. Considerações iniciais.....	1276	2.4. Voluntariedade	1307
3.2. Sujeitos do crime	1278	2.5. Consumação e tentativa	1307
3.3. Conduta	1278	2.6. Ação penal	1307
3.4. Voluntariedade	1286	3. Violência política	1307
3.5. Consumação e tentativa	1286	3.1. Considerações iniciais.....	1308
3.6. Qualificadora	1287	3.2. Sujeitos do crime	1310
3.7. Causas de exclusão da tipicidade ..	1288	3.3. Conduta	1310
3.8. Ação penal	1289	3.4. Voluntariedade	1313
3.9. Direito intertemporal.....	1289	3.5. Consumação e tentativa	1313
CAPÍTULO II – DOS CRIMES CONTRA AS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS	1291	3.6. Ação penal	1313
1. Abolição violenta do estado democrático de direito	1291	3.7. Direito Intertemporal.....	1313
1.1. Considerações iniciais.....	1292	4. Ação penal privada subsidiária	1314
1.2. Sujeitos do crime	1292	4.1. Considerações iniciais.....	1314
1.3. Conduta	1292	4.2. Ação penal privada subsidiária da pública	1314
1.4. Voluntariedade	1294	CAPÍTULO IV – DOS CRIMES CONTRA O FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS ESSENCIAIS	1316
1.5. Consumação e tentativa	1294	1. Sabotagem	1316
		1.1. Considerações iniciais.....	1317

1.2. Sujeitos do crime	1317	3. Título xii do código penal e questões relacionadas aos crimes do código penal militar, da lei de terrorismo e da lei de segurança nacional	1329
1.3. Conduta	1317	3.1. O Título XII do CP e crimes similares do Código Penal Militar	1329
1.4. Voluntariedade	1318	3.1.1. Tipos do Código Penal Militar e seu conflito com a Lei de Segurança Nacional (Lei 7.170/83)	1329
1.5. Consumação e tentativa	1318	3.1.2. Crimes contra o Estado Democrático de Direito cometidos por militar	1340
1.6. Ação penal	1319	3.2. A ausência de qualquer reflexo do crime de sabotagem do Título XII do Código Penal na Lei de Terrorismo	1348
1.7. Direito intertemporal.....	1319	3.3. Dispositivos da Lei de Segurança Nacional sem correspondência na Lei n. 14.197/2021: casos de abolitio criminis ou de continuidade normativa-típica	1349
CAPÍTULO V – DOS CRIMES CONTRA A CIDADANIA		BIBLIOGRAFIA.....	
1321		1353	
1. Atentado a direito de manifestação	1321		
1.1. Considerações iniciais.....	1321		
1.2. Sujeitos do crime	1322		
1.3. Conduta	1322		
1.4. Voluntariedade	1325		
1.5. Consumação e tentativa	1325		
1.6. Qualificadoras.....	1325		
1.7. Ação penal	1325		
CAPÍTULO VI – DISPOSIÇÕES COMUNS			
1325			
1. Exclusão do crime	1325		
2. Causas de aumento de pena	1326		

ÍNDICE DE PERGUNTAS

TÍTULO I

DOS CRIMES CONTRA A PESSOA	45
☒ Quando se inicia a vida extrauterina?	49
☒ Quando se inicia o parto?	49
☒ O agente que, sabendo ser portador do vírus HIV, oculta a doença da parceira e com ela mantém conjunção carnal, pratica qual crime?.....	53
☒ A vingança é motivo torpe?	60
☒ Pode figurar como vítima do feminicídio pessoa transexual?.....	72
☒ Qual a natureza da qualificadora do feminicídio?	77
☒ De quem é a competência para o sumário da culpa no feminicídio?.....	78
☒ O homicídio praticado contra guardas civis (municipais ou metropolitanos) está abrangido na qualificadora do inciso VII do § 2º do art. 121?	80
☒ E o homicídio praticado contra agentes de segurança viária, está no âmbito da qualificadora?.....	80
☒ E quanto ao homicídio praticado contra agentes de polícia do Congresso Nacional, pode-se afirmar que atrai a qualificadora?	80
☒ No caso de homicídio qualificado-privilegiado surge uma pergunta: o crime será hediondo?....	88
☒ Quantas pessoas devem, no mínimo, integrar o “grupo” de extermínio ou a milícia privada?	89
☒ Quando um grupo de extermínio (ou milícia privada) promove matança, os agentes respondem somente por homicídio majorado (art. 121, § 6º) ou em concurso com o delito de formação de tais grupos criminosos (art. 288-A)?.....	90
☒ A conduta daquele que limpa arma carregada próximo de crianças, vindo, acidentalmente, a acioná-la e matar o infante, seria um caso de negligência ou imprudência? O médico responsável pela morte de seu paciente em consequência de uma intervenção cirúrgica que ele empreende sem perfeito domínio da técnica configura imperícia ou negligência?	92
☒ Que crime estaria caracterizado no caso daquele que induziu ou instigou o ofendido ao suicídio e no momento culminante do ato acabou interferindo na sua execução?	106
☒ Para que incida a majorante do art. 127 do CP não é indispensável que o aborto se consuma. Basta que a gestante sofra lesão grave ou que venha a morrer. Essa conclusão decorre do próprio texto da lei, que determina o acréscimo quando as lesões graves ou a morte constituem consequências do aborto ou dos meios empregados para provocá-lo. Neste caso, o agente responderá por tentativa de aborto qualificado? Seria uma exceção à regra de que não cabe tentativa em crime preterdoloso?	128
☒ No crime de perigo de contágio venéreo (art. 130 do CP), como tratar a situação em que da prática do ato de libidinagem ocorre o contágio da vítima, resultado que não faz parte da vontade do agente?	170
☒ Agente que, buscando apenas amedrontar o seu desafeto, contra ele atira com arma de fogo, expondo a sua vida a risco real e concreto, por qual crime responde?.....	175

☒	Se a morte do periclitante for inevitável, responderá o agente pela omissão do comportamento devido, apesar de este não ter a capacidade de evitar o resultado danoso?.....	189
☒	E se a exigência ocorrer num atendimento de urgência (e não de emergência)?.....	193
☒	Admite-se concurso de crimes?.....	210
☒	Imputar a pessoa jurídica fatos criminosos sabidamente inverídicos, capazes de abalar o seu crédito e a confiança exigida pelo mercado, configura calúnia?.....	212
☒	A autocalúnia é punida?.....	212
☒	A autoinjúria é crime?	222
☒	É cabível o perdão judicial (§ 1º) na injúria qualificada por preconceito?.....	229
☒	É cabível acordo de não persecução penal no crime de injúria qualificada pelo preconceito?	230
☒	De quem é a competência para julgar a injúria racial cometida pela internet?	231
☒	Para a configuração da majorante do art. 141, III, computa-se a vítima do crime contra a honra?	234
☒	É possível constranger ilegalmente alguém por meio da omissão?.....	248
☒	Sabendo-se que a ação penal do rapto era, em regra, de iniciativa privada, e a do sequestro qualificado pela finalidade libidinosa, pública incondicionada, com a alteração trazida pela Lei 11.106/05, devem os fatos ser descritos em queixa-crime, oferecida pela vítima, ou em denúncia, proposta pelo Ministério Público?	275
☒	Classificado expressamente pelo Código como crime contra a liberdade individual, de quem é a competência para o processo e julgamento do crime de redução a condição análogo à de escravo?.....	277
☒	O consentimento do ofendido exclui o crime de tráfico de pessoas?.....	284
☒	Se o agente invade o computador da vítima para descobrir sua senha e subtrai valores de sua conta bancária, pratica qual crime?	329

TÍTULO II

DOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO	331	
☒	O proprietário, subtraindo coisa sua que se encontra na legítima posse de terceiro, pratica qual infração penal?.....	332
☒	A subtração de objetos deixados dentro de uma sepultura configura qual crime?	335
☒	O furto famélico (para saciar a fome) é crime?.....	336
☒	Nélson Hungria formula a seguinte hipótese, comum na prática: o indivíduo, visando “surrupiar” dinheiro do bolso da calça de transeunte, se depara com a algibeira vazia. Haverá, no caso, tentativa punível ou crime impossível (art. 17 do CP)?.....	337
☒	A instalação de sistema de vigilância pode tornar impossível a consumação do furto?.....	337
☒	O § 1º do art. 155 aumenta a pena de um terço se o crime é praticado durante o repouso noturno. O que significa “repouso noturno”?	339
☒	Sabendo que o rompimento de obstáculo para qualificar o crime há de ser exterior à coisa subtraída, lembra a doutrina que se a violência for exercida contra o próprio objeto visado não incide a qualificadora. Seguindo essa lição, temos que o rompimento do vidro do veículo constitui violência contra a própria coisa objeto da subtração, não qualificando o furto (RT 80/264). Daí surge a inevitável indagação: se destruir o vidro não qualifica o delito quando a coisa visada é o próprio veículo, será que qualifica no caso de se visar a subtração do seu aparelho de som?	347

☒	Aplica-se o princípio da insignificância quando o furto é qualificado por alguma das circunstâncias do § 4º?.....	354
☒	O que se entende por “semovente domesticável de produção” para fins do crime de furto de animal?.....	362
☒	O sócio de fato pode cometer o crime do art. 156 do CP?	364
☒	Como tratar o caso do agente que, por erro, subtrai coisa comum pensando ser alheia?	365
☒	O que são valores?.....	375
☒	De quem é a competência para julgar o crime de roubo cometido contra os Correios?	375
☒	No crime de latrocínio, havendo pluralidade de vítimas numa só subtração há também pluralidade de crimes?.....	386
☒	Pessoa jurídica pode ser vítima do crime de extorsão mediante sequestro?.....	397
☒	A supressão ou alteração de marca ou sinal indicativo de propriedade em um único animal pertencente ao rebanho configura o crime do art. 162 do CP?.....	413
☒	O condômino pode praticar o crime de dano?.....	415
☒	Fazer desaparecer, dolosamente, um pássaro doméstico da vigilância do seu dono configura dano?.....	415
☒	Essa discussão não é meramente acadêmica, apresentando real interesse prático. Por exemplo, preso que danifica a cela para fugir pratica o crime?.....	417
☒	Constitui o crime de dano contra o patrimônio da União a conduta de carimbar ou inserir imagens ou inscrições em cédulas de papel-moeda?.....	420
☒	É possível apropriação indébita de coisa fungível?.....	428
☒	Admite-se o princípio da insignificância no crime de apropriação indébita?	430
☒	Será que todas as hipóteses são alcançadas pela majorante em estudo?.....	431
☒	A fraude bilateral (má-fé do agente e da vítima) exclui o crime?.....	456
☒	Quando o agente, mediante engodo, consegue obter da vítima, não dinheiro ou coisa de valor econômico imediato, mas um título de crédito (ex.: nota promissória ou um cheque), tem-se crime consumado ou tentado?	459
☒	Emissão de cheque sem fundos para pagamento de dívida de jogo configura o crime?	469
☒	O que se deve entender por pequeno valor?.....	469
☒	O privilégio, no crime de estelionato, aplica-se somente ao “caput” do art. 171 do CP, ou também às formas equiparadas trazidas no parágrafo seguinte (§ 2º)?	470
☒	A fraude configuradora do crime do art. 179 do CP pode ocorrer a qualquer tempo ou pressupõe processo civil já está instaurado (em fase de execução ou cognitiva)?	513
☒	Existe receptação (própria ou imprópria) de coisa produto de ato infracional?.....	518
☒	Pergunta-se: é possível receptação qualificada privilegiada?	526
☒	A escusa absolutória é aplicável também na união estável e no contrato de namoro?	531

TÍTULO III

DOS CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE IMATERIAL	539
--	------------

TÍTULO IV

DOS CRIMES CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO	553
--	------------

☒ Pessoa jurídica pode ser vítima do crime de boicotagem violenta?.....	557
---	-----

☒	O médico que continua a exercer a profissão após ter sua inscrição cancelada no Conselho Federal de Medicina pratica o delito do art. 205 (exercício e atividade com infração de decisão administrativa) ou do art. 282 (exercício ilegal da medicina)?	571
☒	Por fim, indaga-se: qual o sentido do termo trabalhadores?	573

TÍTULO V

DOS CRIMES CONTRA O SENTIMENTO RELIGIOSO E CONTRA O RESPEITO AOS MORTOS.....	577
---	------------

TÍTULO VI

DOS CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL-	593
--	------------

☒	Qual o tratamento jurídico para o denominado “stealthing”?	599
☒	A prática de conjunção carnal seguida de atos libidinosos (sexo anal, por exemplo) gera pluralidade de delitos?.....	601
☒	É possível assédio sexual praticado por professor em face de aluno? De bispo para com o sacerdote?.....	613
☒	Existe o crime de assédio sexual se o empregador constrange sua subalterna para favorecer sexualmente seu filho (do empregador)?	614
☒	No crime do art. 218-A do CP, exige-se a presença física (in loco) da criança ou do adolescente?.....	635
☒	A prostituta pode ser vítima do delito do art. 218-B?	639
☒	Há facilitação de prostituição na conduta do agente que mantém página na internet em que prostitutas anunciam seus serviços?	640
☒	Diante da mudança na regra da ação penal dos crimes sexuais, os fatos anteriores que dependiam de representação continuam vinculados à condição de procedibilidade ou o Ministério Público pode oferecer denúncia independentemente de iniciativa da vítima?.....	657
☒	Como encarar a micção em público? É crime ou indiferente penal?	680
☒	Sabendo que a mulher pode ser sujeito ativo de estupro, tendo um homem como vítima, haverá o aumento de pena previsto no art. 234-A do CP quando, nessa condição, engravidar?	687
☒	A autora do crime sexual, engravidando em face do estupro que praticou, pode abortar legalmente, nos termos do art. 128, II, do CP?	687

TÍTULO VII

DOS CRIMES CONTRA A FAMÍLIA	691
--	------------

☒	Por fim, sabendo-se que o crime de bigamia é antecedido de declaração falsa do agente a respeito do seu estado civil no processo de habilitação, fica a pergunta: o crime de falsidade fica absorvido pelo de bigamia?	695
-------------------------------------	--	-----

TÍTULO VIII

DOS CRIMES CONTRA A INCOLUMIDADE PÚBLICA	735
---	------------

☒	E como interpretar o uso de gás lacrimogêneo pela polícia?.....	746
☒	O conhecido “surf ferroviário” (jovens se equilibrando sobre a composição do trem em andamento) configura o crime do art. 260 do CP?	762
☒	O movimento de greve pode configurar o crime do art. 265 do CP?	774
☒	A revogação da norma sanitária retroage para tornar o fato atípico?.....	785

☒	O fornecimento de substância medicinal de melhor qualidade que a receitada configura o crime do art. 280 do CP?.....	812
TÍTULO IX		
DOS CRIMES CONTRA A PAZ PÚBLICA.....		825
☒	Apologia de crime culposo é típica?.....	834
☒	É possível uma pessoa pertencer a mais de uma associação criminosa?.....	837
☒	Quantas pessoas devem, no mínimo, integrar o grupo (no caso, organização paramilitar, milícia particular, grupo ou esquadrão)?.....	844
TÍTULO X		
DOS CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA		849
☒	A substituição de fotografia em documento público configura o crime do art. 297 do CP?	878
☒	A simulação, estabelecida no Código Civil como causa de nulidade do negócio jurídico, dá ensejo à falsidade ideológica?	887
☒	Como caracterizar a conduta daquele que abusa do papel em branco assinado?	888
☒	Se o agente se irroga falsa identidade para afastar de si a responsabilidade por eventual prática criminosa, comete o crime do art. 307 do CP?	914
☒	A adulteração da placa de veículo semirreboque configura o crime do art. 311 do CP?	924
☒	A simples substituição de placas de um veículo pelas de outro (sem adulterar ou remarcar número) configura o crime?.....	925
TÍTULO XI		
DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....		931
☒	Realmente aqui a conduta do servidor se mostra ainda mais censurável, demonstrando um atrevimento incomum. Da simples leitura do parágrafo em estudo, nasce a pergunta: será que prefeitos, governadores e presidente da República, quando autores de crimes funcionais, estão inevitavelmente compreendidos na majorante?	940
☒	Abrangeria posse abrangeria também a mera detenção?	947
☒	Há peculato no recebimento da remuneração pelo funcionário “fantasma”, que é nomeado, mas não comparece para trabalhar?.....	949
☒	Há peculato na conduta do funcionário público que, cedendo a pedido de particular, aplica-lhe vacina contra as diretrizes estabelecidas pelos órgãos administrativos superiores?	949
☒	Há crime de peculato quando o agente público com poder de nomeação recebe parte do salário dos funcionários nomeados?	950
☒	Haverá o crime de peculato culposo se o agente público negligente concorre para a prática de delito não funcional, como, por exemplo, um furto?	956
☒	De quem é a competência para julgar o crime de concussão cometido pelo médico servidor do SUS?.....	971
☒	Haverá o crime de concussão quando a indevida vantagem exigida é para a própria administração pública?.....	972
☒	É possível praticar corrupção passiva por omissão?	980
☒	E se o funcionário, ao invés de apenas permitir o acesso ao aparelho, pessoalmente entregá-lo ou, então, deixar de retirar do preso aparelho que já está em sua posse? Pratica o crime do art. 319-A do CP?.....	993

☒	Aquele que se intitula detetive particular e se dispõe a fazer “investigações” pratica o delito de usurpação de função pública?	1017
☒	Nos termos do disposto no § 2º, as penas do artigo 329 do CP são aplicáveis sem prejuízo das correspondentes à violência (lesão corporal ou homicídio). Daí surge a inevitável indagação: trata-se, no caso, de concurso formal ou material?	1023
☒	Comete crime de desobediência o motorista que descumpre a ordem de parada?	1028
☒	Sabe-se que o STF consolidou o entendimento de que a constituição definitiva do crédito tributário, nos crimes materiais contra a ordem tributária, é condição para a tipicidade (súmula vinculante nº 24). Daí surge a questão: isso se estende ao descaminho? A resposta pressupõe a solução de outra indagação: o descaminho é crime formal ou material?	1052
☒	Instalou-se a dúvida: a análise da insignificância devia considerar a Lei 10.522/02 (R\$ 10.000,00) ou a Portaria 75/12 (R\$ 20.000,00)?	1054
☒	Uma sucessão de normas sobre o assunto, além de causar o cancelamento da Súmula 560 do STF (“a extinção da punibilidade, pelo pagamento do tributo devido, estende-se ao crime de contrabando ou descaminho, por força do art. 18, § 2º, do Decreto-lei 157/67”), provocou séria dúvida na doutrina e na jurisprudência: será que o recolhimento oportuno do tributo sonogado extingue a punibilidade do delito de descaminho?	1060
☒	Admite-se o princípio da insignificância no contrabando?	1064
☒	Daí surge a inevitável indagação: trata-se, no caso, de concurso formal ou material?	1068
☒	E se houver o pagamento da contribuição social sonogada posterior à ação fiscal, porém antes do recebimento da denúncia?	1081
☒	Será possível a denúncia caluniosa contra os mortos?	1150
☒	O propósito de autodefesa exclui o crime de denúncia caluniosa?	1151
☒	Comunicação falsa de crime (ou contravenção) perante policiais militares configura o ilícito em estudo?	1155
☒	Surge então a inevitável pergunta: a comunicação falsa será absorvida pelo estelionato ou o agente responderá pelos dois crimes, em concurso?	1157
☒	O crime do art. 342 admite o concurso de agentes?	1163
☒	Mas, que é a verdade?	1164
☒	Processo anulado faz desaparecer falso testemunho?	1165
☒	De quem é a competência para julgar o falso testemunho cometido em depoimento prestado na Justiça Eleitoral, na Justiça do Trabalho e na Justiça do Distrito Federal e dos Territórios?	1168
☒	A lei, referindo-se a sentença, fomenta a dúvida: será a de primeira instância ou a definitiva?	1171
☒	Daí surge a inevitável indagação: trata-se, no caso, de concurso formal ou material?	1179
☒	De quem é a competência para julgar o crime de coação no curso do processo cometido no âmbito da Justiça Eleitoral e da Justiça do Trabalho?	1179
☒	E se o agente foi absolvido por falta de provas, aquele que o auxiliou a subtrair-se da ação da autoridade responde pelo favorecimento pessoal?	1193
☒	Mas qual será o número mínimo de presos em levante para configurar o delito do art. 354 do CP?	1212

TÍTULO XII

DOS CRIMES CONTRA O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO	1247
--	-------------